



Assembleia Municipal

ATA

Sessão Ordinária de Setembro – 21FEV2025

N.º 40/2021-2025

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

Data: 21 de fevereiro de 2025 (sexta-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Nos termos da alínea d) do artigo 26.º e dos números 1 e 5 do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Domingos Manuel Ferreira Vilarinho, 1.º Secretário e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.

Grupo Municipal do PSD: António José Flor Agostinho, André Filipe Casqueira Guimarães e Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Pedro Miguel Cristo Graça, Cláudia Cristina Fernandes Reigota, Daniela Ribeiro Alegria e Mariana Silva Lopes.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins.

Grupo Municipal do Partido Chega: Sérgio Louro.

Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Câmara Municipal de Ílhavo: João António Filipe Campolargo, Presidente da Câmara; João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Assunção Mariana Carlos Ramos: Maria de Fátima Fragoso Teles, Tiago Manuel Morais Lourenço, Paulo Sérgio Ferreira Nunes e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do Movimento do Partido Social Democrata: Fábio Miguel Silva Marta substitui Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário, Maria do Rosário Fernandes de Oliveira e Silva substitui Sara Marina Tomé Fernandes.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Ernesto Manuel Vidal Garrelhas.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Gabriel Almeida Fernandes substitui Diana Catarina Anastácio Gandarinho, Sónia Alexandra Fernandes Gomes substitui Mariana Alvelos Silva.

Substituições de Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia:

O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António da Silva Rocha substituído por José António Falcão Ribeiro Arvins.

Ordem do Dia

Nos termos dos n.ºs 6 e 8, do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Ordem do Dia:

Ponto 1. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 1 de novembro a 31 de dezembro de 2024". Ato deliberativo: apreciação;

Ponto 2. **“Demonstração do Desempenho Orçamental e da 1.ª Revisão (alteração modificativa) para integração do Saldo de gerência de 2024**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 3. **"Projeto de Regulamento de Funcionamento do Serviço Municipal de Proteção Civil"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 4. **"Conceção do direito de utilização de uma unidade de acolhimento comercial na praia da Costa Nova do Prado"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 5. **"Alteração de implantação e traçado de caminho público municipal"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 6. **"Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Ílhavo"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 7. **"Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2025"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 8. **"Relatórios de Execução relativos aos Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia (2024)"**. Ato deliberativo: conhecimento.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)
Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Boa noite a, Boa noite ao público aqui presente, a todos os que nos acompanham em casa através da nossa transmissão streaming através da página do facebook. Sintam-se todos cumprimentados. Vamos dar início então a esta sessão ordinária de fevereiro. A Mesa está incompleta e portanto eu gostaria de convidar o deputado Domingos Vilarinho para nos acompanhar nos nossos trabalhos da Mesa. Muito obrigada. Vamos começar por fazer a chamada. Vou pedir aqui à nossa Segunda Secretária que faça a respetiva chamada.»

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Segunda Secretária da Mesa, Irene Maria Ribau Esteves Tavares:

«Boa noite a todos.»

(leitura da lista de presenças e substituições).

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado.

Ao abrigo do Artigo 76º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, a Mesa recebeu a informação de renúncia de mandato, após o fim do período de suspensão por 365 dias, do eleito Modesto Manuel dos Santos. A Mesa atesta que na lista de sucedâneos do Partido Socialista o lugar vago será ocupado pela eleita Mariana Alvelos Silva.

Ao abrigo do Artigo 77º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, a eleita Mariana Alvelos Silva solicitou a suspensão do mandato por razões médicas e no exercício do direito de maternidade por um período de 4 meses. Assim, o lugar vago será temporariamente ocupado pela eleita Sónia Alexandra Fernandes Gomes.

Expediente

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (29:15")

«Vamos passar ao expediente. No que respeita à correspondência, os serviços de apoio à Assembleia Municipal rececionaram, entre dezembro de 2024 e fevereiro de 2025, diversa comunicação, da qual destaco:

- Convites dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia para representação protocolar da Assembleia Municipal, remetidos pelo Executivo Municipal, pelas Juntas de Freguesia, pelos Agrupamentos de Escolas, pelas Associações e de Entidades Públicas e Privadas, aceites dentro da disponibilidade possível;
- Comunicação diversa da ANAM;
- Abaixo assinado sobre problemas de vizinhança na Rua do Sul, de Gafanha de Aquém;
- Comunicação de um município sobre circulação rodoviária de pesados na Gafanha de Aquém.»

Período de Intervenção do Público

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Passamos então agora para o período da intervenção do Público. Portanto não sei se existe, algum elemento do público que queira usar da palavra. Temos três participações. Portanto antes de se deslocarem informar que este período tem um limite de 5 minutos no máximo de intervenção e solicita-se que a mesma se centre sobre assuntos diretamente relacionados com a vida municipal e que seja apresentado de forma mais sucinta possível.

Além disso, na âmbito da transmissão em direto e por força do Regulamento Geral de Proteção de Dados é importante, para defesa de todos, que tenha sido dado consentimento formal através do preenchimento do novo impresso anexo 1 do Regulamento de transmissões para a respetiva difusão da imagem que ser-vos-á entregue pelo Núcleo de Apoio. Portanto, convido a primeira participação. Muito bem.»

Do público

Município, António Silva:

«...Aqui no terreno ...quer dizer é mais obra mais consciência menos injustiça e para não quero ser grosso, mas isto que nós temos que ter em conta mais obra e menos paleio. Quarenta anos é demais, a circulação sul ou lá o que é que queiramos chamar tem um defeito grave porque ainda não foi começada. Fez-se a norte mas a sul não se fez. As estradas das nossas freguesias, as ruas das nossas freguesias estão todas tratadas da mesma maneira, mas aqui na freguesia de São Salvador é imenso, parece um membro amputado, basta ver de cima quantas ruas e ruelas estão começadas e....há uma que muito me toca de várias maneiras. Toca-me porque vejo pessoas afetadas, sempre tive pessoas afetadas e eu também sou afetado. Na Gafanha de Aquém começou o início de uma nova rua, chamada para quem quiser conhecer melhor, chama-se João Andrade não sei porque mas é o nome que tem. Tem cerca de 40 anos. Todos sabem quais foram os partidos políticos que lá passaram não é? Todos sabem quem é que passou por esta Câmara e portanto todo somos responsáveis. O que é que este caso em concreto, como todos os outros, mas este caso em concreto, já nos provou? Provou-nos que é portadora de uma grande injustiça porque os proprietários daqueles terrenos todos, que naquele caso em concreto sentem é uma grande injustiça. Quem tem um terreno ao bordo começa uma rua, começa a sua construção e quem tem um terreno mais no interior desse projeto não pode fazer nada porque não tem rua. Portanto isto quanto a mim é uma grande injustiça. Eu sou portador dessa mensagem porque eu ao longo dos anos fui falando com as pessoas.»

Município, Pedro Nunes:

Boa noite a todos. Boa noite, Sr. Presidente, na sua pessoa em cumprimentar a Assembleia, a Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Executivo, membros da Assembleia, público lá presentes. Li esta semana num artigo de opinião de alguém aqui desta casa mais vale tarde que nunca foi ou não foi? Isto fez-me lembrar há um ano atrás quando eu cá estive e há um ano atrás quando eu cá estive a falar sobre um assunto caso eu sei segundo fui informado esse assunto está nas vossas mãos agora, membros da Assembleia. E porquê? Porque há um ano atrás recebi uma mensagem a dizer assim, peço desculpa Sr. Presidente, mas vai ter que ser, vens ter comigo com soluções e fazemos uma experiência. Depois temos que ler bem os resultados. Nem experiência e as soluções foram apresentadas no dia 12 de fevereiro de

2024, as mesmas soluções que vocês têm em mãos. Nada foi feito. Minto. Continuamos com multas e mais multas, temos uma empresa com um armazém aqui na Malhada e o carro deles a ser multado porque não pode passar. Tem que ir a Aveiro gastar gasóleo, poluir o ambiente, gastar muito mais tempo. E como dizem os americanos time is money. Aquilo que eu pedia é aquilo que está aí. Vocês têm em mão. Sr. Presidente enviou. Portanto passo a bola para vocês ou vamos resolver isto de uma vez por todas, vamos acabar com isto porque isto enerva-me já perdi tempo demais com isto sinceramente e hoje nem sou motorista ou melhor sou motorista até morrer mas não exerço a profissão só que sinto-me injustiçado. Eu não sei se vou ter resposta do Sr Presidente, como não tem resposta aos whatsApps, portanto também, provavelmente não terei. Mas caso haja, não me deem o exemplo de Vagos. Passem no Santuário de Vagos e vejam o estado lastimável que aquelas estradas estão. Pegar nos camiões e metê-los todos naquela rua. Como é ano de eleições provavelmente vá levar um tapete novo, o PRR dá para isto e para muito mais. Srs deputados nem vou gastar os 5 minutos. Só pegar aqui num caso que se passou aqui há tempos aqui nesta Assembleia. Ali o Presidente da Junta de Freguesia do Carmo, Luis Diamantino, tocou aqui no assunto da casa do guarda-florestal. Foi posta abaixo na altura ele veio aqui por causa de não ter sido convidado, ok tudo bem, problemas, politiquices e ele falou e ninguém ligou será que aquilo era mesmo um ponto negro, não tinha outras soluções? Sr. Vice-Presidente, você como engenheiro civil tinha ficado tão bonito manter a casa. Fazer uma via sul norte por trás da casa, fazer ali duas meias-luas à espanhola preservar aquela casa porque aquilo não era ponto negro nenhum. Mas alguém quis pôr a casa abaixo. Está o alcatrão da maneira que está, estamos falados. Basta ter criatividade para estas coisas. Ok? Pronto Srs membros da Assembleia agradeço que ao menos deem uma resposta às empresas que assinaram esse abaixo-assinado, não foram só 20. Não foram mais porque eu não tenho tempo porque tenho mais que fazer. Dou tempo já muito de graça numa casa grande deste concelho, mais a minha profissão, mais a minha família que fica a maior parte das vezes para trás, por causa destas minhas coisas. Portanto se não me responderem como o Sr. Presidente não respondeu ou não apresentou solução ou não deu seguimento às soluções ou não discutiu o que quer que fosse. Façam-no vocês mas digam de uma vez por todas, vocês são eleitos pelo povo, são eleitos por nós todo. Têm nas vossas mãos essa função também, não é só verificar o que a Câmara faz, é também levar estas coisas para a frente, para adiante. Portanto, se entenderem que há discussão para isto, se entenderem que há negociação aí a fazer nalgum dos termos que esteja aí numa dessas soluções, claro que se pode ajustar, estamos cá para falar. Ok? Era só isto. Muito obrigado.»

Munícipe, Horácio Melo:

«Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia e respetiva Mesa. Boa noite ao executivo camarário na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo. Boa noite aos membros desta Assembleia. Boa noite ao público e quem nos ouve lá em casa. O que me traz aqui hoje é precisamente saber de concreto o que é que se passa na associação Chio-pó-pó. Eu como sócio da associação e um dos fundadores desta associação, gostaria de saber pela voz do Sr. Presidente ou pelo executivo o que se passou para ficar sem a sua sede e ficar sem o seu imobiliário e nada tem uma associação daquelas que tanto fez, não só por esta Freguesia como fez por este concelho, não só o carnaval começou com uma comissão de carnaval, depois passou à associação Chio-pó-pó, depois da associação Chio-pó-pó fez n coisas por Ílhavo. Não só a semana de fado, como ao longo do ano fazia n coisas como parte recreativa e partes culturais. Se eu hoje tivesse cá o meu grande amigo João Carvalho dos Santos, que foi sempre a pessoa que eu acompanhei desde o princípio até hoje, que teve mesmo, mas já estava praticamente aqui com uma salinha dada pelo eng. Ribau Esteves, na altura, Presidente da Câmara Municipal. Ele fazia um trabalho meritório. Ele não acredita se vier cá a este mundo, não acredita que tivesse acabado a associação Chio-pó-pó que tanto fez por este Ílhavo. Gostaria de saber, nas palavras do executivo ou no Sr. Presidente da Câmara, o que se passou de concreto, eu repito mais uma vez como sócio e como um dos fundadores da associação, gostaria de saber o que se passou. Segundo, o que me traz aqui é que um dia desses passei ali na estrada de carro, na estrada 109, e ali perto encontrei o salão de cinema conhecido como antigamente o Texas, muito bem pintadinho. Qual é o meu espanto, tenho obra. Queres ver que eu tenho obra ao fim de três anos e meio vou ter uma obra. Fiquei tão contente, lá à frente, parei o carro onde era o Neves e Capote e vim a pé ver. O que é que eu vi para lá? Umhas pinturas, umas borradelas daquela brincadeira toda. Olhei... Lembra perfeitamente aquelas pessoas que trazem uma camisola muito gira e por dentro anda com a camisola rota e com as cuecas todas rotas. Lembra-me perfeitamente isto...»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«...da Assembleia Municipal, os secretários, os Srs. Deputados Municipais, o público, todas as pessoas que têm oportunidade de assistir ... registar fora daqui o que se passa aqui dentro. Bem, o Sr. Horácio Melo, entra aqui com um tema que nos últimos dois dias penso que tirou várias conclusões daquilo que possa ter lido nas redes sociais e, portanto, muitas das explicações até foram dadas, desde que chegamos à Câmara, o espólio que existia e que estava embalado numas paletes, está no armazém, e eu realmente na semana passada telefonei ao Sr. Adélio e perguntei-lhe o que é que queria fazer aquilo, e ele disse-me: a minha intenção era entregar aquilo à Confraria do Sr. Jesus dos Navegantes, Porque eles já têm alguma coisa. Portanto, entendam-se vocês ainda os que querem no fundo também preservar o João Carvalho e o trabalho todo que foi feito e sabe bem que estou, para sempre, disponível para colaborar. Neste momento, não temos nenhuma informação dentro da nossa casa da Câmara Municipal que lhe possa dar. Sobre a existência da associação Texas estamos a preservar ainda o que é preservável, portanto, a fachada. Claro que há intenções agora com a parte traseira com algumas das obras...»

Por motivos técnicos, alheios ao funcionamento da Assembleia, não foi possível recolher o registo completo da intervenção.

Interrupção dos trabalhos.

Os trabalhos foram retomados.

Período de “Antes da Ordem do Dia”

Votos de Louvor e Votos de Pesar

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Uma mensagem só para todos os que nos estavam a seguir, informar que ocorreu aqui um problema com a ligação da internet e, portanto, que estava a inviabilizar a transmissão da Assembleia Municipal nas condições mínimas e segundo o regimento, caso a Assembleia Municipal não possa ser transmitida, não poderá ser realizada. Portanto, quero acreditar que esta situação esteja ultrapassada neste momento e vamos reiniciar os trabalhos. Vamos reiniciar onde terminámos que é com o início do período antes da Ordem do Dia e informar que a Mesa recebeu dois votos de pesar e dois votos de louvor. Portanto, o voto de pesar pelo falecimento do Capitão Valdemar Aveiro, apresentado pelo grupo municipal do PSD. O voto de pesar pelo falecimento do Capitão António Marques da Silva, apresentado pelo grupo municipal do PSD. O voto de louvor apresentado pelo Partido Social Democrata, dirigido a Joana Soeiro, pela dedicação no apuramento da Seleção Nacional de Basquetebol, para o Eurobasket. E o voto de louvor apresentado do Partido Social Democrata, dirigido a Carlos Magalhães, pela posição de Presidente da Associação Académica da Universidade de Coimbra. Portanto, eu vou pedir ao nosso primeiro secretário que proceda à leitura do voto de pesar pelo falecimento do Capitão Valdemar Aveiro.»

Primeiro Secretário da Mesa, Domingos Vilarinho:

«Voto de Pesar: Capitão Valdemar Aveiro»

O Voto de Pesar é apenso à presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado. Pergunto se alguém quer tecer algum comentário relativamente a esta proposta de Voto de Pesar. Muito bem. Vamos então colocar à votação, se alguém pretende subscrever. Portanto, o Partido Socialista vai subscrever, o Unir para fazer e o Chega também. Muito bem. Então, vamos colocar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? O Voto de Pesar pelo falecimento do Capitão Valdemar Aveiro, foi aprovado por unanimidade. Vou pedir agora ao primeiro secretário que proceda à leitura do Voto de Pesar pelo falecimento do Capitão António Marques da Silva.»

Primeiro Secretário da Mesa, Domingos Vilarinho:

«Voto de Pesar: Capitão António Marques da Silva»

O Voto de Pesar é apenso à presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado. Pergunto se algum dos deputados pretende tecer algum comentário. Se algum dos grupos quer subscrever este Voto de Pesar? Temos o Partido Socialista, temos o Chega. Vamos então agora votar este Voto de Pesar. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o Voto de Pesar pelo falecimento do Capitão António Marques da Silva, foi aprovado por unanimidade. Vou pedir agora ao primeiro secretário que proceda à leitura do Voto de Louvor dirigido a Joana Soeiro.»

Primeiro Secretário da Mesa, Domingos Vilarinho:

«Voto de Louvor: Joana Soeiro»

O Voto de Louvor é apenso à presente ata.

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD:

«Caro Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento secretários, caro Presidente da Câmara Municipal, na sua pessoa cumprimento os Vereadores do executivo, caros e caras deputados do município de Ílhavo, estimado público, comunicação social, quem nos acompanha em casa. Relativamente a este voto de louvor, não desconsiderando os Votos de Pesar, mas é com bastante orgulho que eu vejo uma pessoa que vi como criança, no grupo desportivo da Gafanha, iniciar a sua vida de criança, adolescente, se formou como pessoa, se formou académicamente, foi para os Estados Unidos e foi MVP nos Estados Unidos. Tem sido uma lutadora. Foi campeã nacional pelo clube do coração, que é o Sport Lisboa e Benfica. Eu como benfiquista espero que ela um dia volte a casa e, naturalmente, o Marante também, que é um atleta do grupo desportivo da Gafanha. Reflexo de toda a aposta que sempre foi dada pelo Partido Social Democrata às associações nomeadamente às desportivas, de forma a que a importância dos protocolos que foram assinados, foram cumpridos na íntegra sem olhar a discriminar as restantes modalidades, mas aqui o Partido Social Democrata naturalmente não é favor nenhum, é um voto de Louvor porque sempre apostamos nos nossos clubes, nas nossas associações, ao contrário de outros que ameaçam com retiradas de apoios, nós não, nós apoiávamos e o apoio não era só financeiro. Era o que era necessário e é assim, a nossa governança será sempre assim. Quando estamos a governar, é para apoiar e o fruto cabe a cada um dos atletas, cada um dos associados que se atira à representação do município, pertence a eles, não é reflexo de uma Câmara, não é um Louvor de uma Assembleia Municipal. É o concretizar de sonhos e onde aqui o serviço público da Câmara Municipal deve ajudar e não andar aqui nos bastidores a dizer que se não for assim, eu tiro x verba. Vamos apoiar sem medo. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado. Pergunto se algum dos outros grupos municipais pretende subscrever este voto de louvor? Sim. Então temos o Unir Para Fazer. O Partido Socialista e o Chega. Então vamos colocar à votação o voto de louvor apresentado pelo Partido Social Democrata dirigido a Joana Soeiro pela dedicação no apuramento da seleção nacional de basquetebol para o Eurobasket. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, aprovado por unanimidade. Vou pedir agora finalmente ao nosso primeiro secretário para ler o voto de louvor dirigido a Carlos Magalhães.»

Primeiro Secretário da Mesa, Domingos Vilarinho:

«Voto de Louvor: Carlos Magalhães»

O Voto de Louvor é apenso à presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado. Pergunto se alguém pretende fazer algum comentário a esta proposta de voto de louvor? Muito bem, se algum dos outros grupos municipais pretende subscrever este voto de louvor? O Partido Socialista. O Chega. Muito bem. Vamos então colocar à votação, quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o voto de louvor dirigido a Carlos Magalhães foi aprovado por unanimidade.»

Aprovação das Atas

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Aqui um parêntesis para partilhar convosco. Que não existem atas para aprovação, o núcleo de apoio não teve possibilidade de as ultimar, de forma a estas serem apreciadas e votadas na presente sessão. Vamos então apreciá-las e votá-las na sessão de Abril.»

Período de “Antes da Ordem do Dia”

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Vamos passar às intervenções neste período de antes da ordem do dia, que devem ser centradas em assuntos de relevância para o município e que não coincidam com as temáticas apresentadas pelo Sr. Presidente da Câmara no relatório da atividade municipal constante do ponto 1 da ordem do dia, nem com a restante ordem do dia. Portanto, neste momento, a votação inicia-se com o Chega, depois Partido Socialista, depois Unir Para Fazer e finalmente o Partido Social Democrata. E vou abrir as inscrições para uma primeira intervenção.

O Chega inscreve-se? Portanto, temos o deputado Sérgio Louro. Do Partido Socialista? Temos o deputado Pedro Martins e o Luís Leitão. Do Unir Para Fazer? Temos a Daniela Alegria e o Pedro Cristo. Do Partido Social Democrata? Temos o deputado Flor Agostinho e André Guimarães. Muito bem. Vamos então começar pelo deputado Sérgio Louro, por favor.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«Boa noite ao público que assiste aos trabalhos em casa. Boa noite ao Presidente da Mesa e secretários, ao Presidente da Câmara e restante executivo e aos meus colegas deputados municipais.

É um assunto breve, que já aqui foi falado. Eu vou voltar a chamar. O assunto prende-se com a proposta que nós não aprovamos da criação do Provedor do Cidadão. E na altura, não foi aprovado pela forma como foi trazida e, portanto, questiono o Sr. Presidente, se esse assunto continua a ser trabalhado. Acho que é um assunto bastante importante. Obrigado.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos os presentes e àqueles que estão a assistir online. Queria ver se serenamente transmitia aqui algumas ideias. Antes de mais, gostava de felicitar a deputada Sónia Fernandes, por já se ter apresentado, como candidata. Já ter sido tornado Público e ter se apresentado como candidata do Partido Socialista às eleições deste ano, às eleições autárquicas. Candidata, portanto, a Presidente da Câmara Municipal. Sei que o faz com arrojo, com audácia e com entusiasmo. E cremos que há muito aqui para que corra bem e que dessa forma sem estarmos a perspetivar resultados, que não é o momento para isso, sabendo que é uma luta difícil, sê-lo-á para todos. Mas há que enaltecer esta frontalidade, esta forma, como a Sónia Fernandes se irá apresentar naturalmente, a estas eleições. Porque é sempre um desafio, digamos que não é fácil para ninguém apresentar-se a eleições, nomeadamente eleições autárquicas e também por isso não queria deixar de felicitar o Dr. Rui Dias, meu colega de profissão, membro do PSD por ser o candidato à Câmara Municipal pelo Partido Social Democrata. Não poderei ainda felicitar o Presidente em exercício, João Campolargo por que ainda não apresentou a sua candidatura, Apesar de todos os sinais de revelarem que, ao que parece, já está em campanha, já está em campanha eleitoral, mas já lá vamos. De qualquer forma, se já tivesse apresentado a candidatura, também tê-lo-ia felicitado. Um parêntesis para dizer o seguinte, há pouca a Margarida, talvez um lapsus linguae, referiu que o PSD dava apoio ao Grupo Desportivo do Gafanha, no basquetebol, etc. Eu creio que se equivocou porque quem dava apoio era a Câmara Municipal de Ílhavo, que conjuntamente tinha à sua frente o Partido Social Democrata. É que são coisas bem distintas e por vezes essa confusão entre aquilo que é o poder, concretamente o poder autárquico e aquilo que são os partidos, gera distorções, depois, na ação política e induz as pessoas em erro. Portanto, não foi o PSD, não foi o dinheiro dos contribuintes do PSD que foi utilizado para apoiar o basquete do Grupo Desportivo do Gafanha. Penso que foi o dinheiro de todos os contribuintes, portanto, era apenas um aparte. Creio que terá sido lapso, e não foi intencional da tua parte. Muito bem a propósito disso, o ano passado, salvo erro em Agosto de 2020, mês de Agosto 2024, a Comissão Nacional de Eleições tornou Público que na sequência de uma queixa que foi apresentada, tornou público, portanto, o

seguinte: que efetivamente tinha havido uma queixa contra a Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, a Junta de Freguesia de São Salvador e a Câmara Municipal de Ílhavo. Porquê? Porque utilizaram ou fizeram publicidade institucional que era proibida porque já depois de terem sido marcadas as eleições, as últimas eleições autárquicas de 2021, portanto, utilizaram meios, redes sociais, etc para publicitar atos da sua atividade. Atos, digamos, do funcionamento dos órgãos autárquicos quando já não o podiam fazer. Na verdade, a lei veda às autarquias e, enfim, aos órgãos do poder político em geral, que depois de marcadas as eleições, possam divulgar a chamada, fazer a chamada publicidade institucional. É proibido. E na altura a Junta da Nazaré, da Encarnação, São Salvador. Do Carmo, por acaso não. E a Câmara Municipal de Ílhavo foram, portanto, visadas nesse processo que correu na Comissão Nacional de Eleições. E a Comissão Nacional de Eleições considerou que a queixa tinha fundamento e remeteu o processo para o Ministério Público para serem abertos os respetivos processos de contraordenação. Isto não é crime, mas é contraordenação. Ora bem, eu não sei qual foi o seguimento que houve nesses processos. Não sei se teve seguimento, em que fase é que estão, se já foram notificados para contestar. Recordo-me que, por exemplo, à data, São Salvador, a junta de Freguesia de São Salvador era presidida pelo atual Presidente da Câmara, digo João Campolargo. Não sei como é que isso está! De qualquer forma, porque é que eu trago isto à coação? Eu trago isto porque nós, já que estamos a assistir - é verdade que ainda não foram marcadas as eleições, mas já estamos a assistir por aquilo que nos é dado ver, uma atuação que de certa forma viola estas disposições legais. Não viola porque ainda não temos as eleições marcadas, mas há um *modus faciendi*, uma atuação, concretamente da Câmara Municipal, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, que corporizam esse tipo de atuação. Por exemplo, ao que parece, o Sr. Presidente da Câmara anda a oferecer ou vai oferecer durante este ano uma serigrafia a todas as associações do município por ocasião dos respetivos aniversários. Eu pergunto, a que título é que uma Câmara Municipal, ou o Sr. Presidente da Câmara, a não ser que seja, a expensas próprias, a não ser que seja pela própria iniciativa e com os meios próprios do Sr. Presidente da Câmara, eu pergunto: A que propósito, para satisfazer que necessidade, para cumprir que atribuição, no âmbito de que competência é que uma Câmara Municipal na pessoa do Sr. Presidente oferece uma serigrafia a cada associação do município? Gostava de perceber o que é que se visa com isso? A meu ver, e enfim isto os atos ficam com quem os pratica. A meu ver, isto é claramente uma forma de exercer atos de campanha eleitoral, ao longo do ano, sem que os mesmos possam ser escrutinados e sem que se torne notório e evidente perante a população, perante os eleitores que de campanha eleitoral se trata. Quer me parecer que assim é, porque não percebo o objetivo. A não ser que seja esse realmente, de, digamos, promover o Sr. Presidente da Câmara junto desses públicos, junto desses eleitores. E não percebo realmente o objetivo, a não ser que seja este de puro marketing político. E depois, há outras coisas menores que eu não quero atribuir grande importância, como seja é evidente que nós ainda não temos obra em curso, infelizmente para todos nós. Felizmente, infelizmente, aqui é verdadeiramente mau para todo o município, ainda não temos obras em curso. Ainda não temos nas escolas que estão à espera da reabilitação, enfim, as obras que estão previstas serem feitas-Ainda não temos, daquilo que é do meu conhecimento, obras iniciadas no Centro de Saúde de Ílhavo, na extensão de saúde da Gafanha da Nazaré. Mas, por exemplo, casualmente passei esta semana, ao lado da extensão de saúde da Gafanha da Nazaré e tem lá um cartaz que foi, digamos, lá colocado logicamente pelo município de Ílhavo, pela Câmara Municipal que anuncia a obra. A que título, pergunto eu? Penso que todos compreendem o porquê de estar ali aquele cartaz. Não visa cumprir nenhuma obrigação legal. Não creio, não cumpre nenhuma obrigação legal. Não alerta a população para algum incómodo que as obras poderão vir a causar aos utentes quando as obras se iniciarem. Portanto, a que propósito é que o município gasta verbas do erário público para anunciar ou dizer que vai começar uma obra ou isto ou aquilo, a não ser puro marketing político que não satisfaz nenhuma necessidade do município, não informa os cidadãos de nada de relevante, por exemplo, os incómodos das obras no funcionamento da extensão de saúde. Portanto, não percebo porque é que efetivamente se gasta dinheiro nestas coisas, a não ser que, para o seguinte, ainda não há obra, para mal de todos- temos eleições à porta e há que fazer com que as pessoas julguem que realmente tudo está a mexer, a obra vai ser feita etc, quando na verdade, volto a dizer, para mal de todos nós, as coisas estão bastante demoradas. Era só para já muito obrigado.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Luís Leitão, por favor. Prescinde. Muito bem. Daniela Alegria por favor.»

Daniela Alegria, Grupo Municipal do UPF:

«Ora, boa noite a todos, Sr. Presidente da Mesa, restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, restantes vereadores, Srs. deputados. Muito boa noite. É com alguma surpresa que eu vejo aqui hoje, aqui pela boca do Sr. deputado Pedro Martins, que afinal, nós não estamos assim tanto no marasmo tão profundo não é, porque afinal, estamos aqui a fazer segundo as suas palavras, estamos aqui num grande marketing político, portanto. Mas pronto deixemos isso para outras conversas. E é assim, só para contextualizar aqui um bocadinho aquilo que eu venho hoje aqui dizer. Aqui há 3 anos atrás, quando fui eleita pelo movimento Unir Para Fazer numa conversa casual com um conhecido meu, ele pergunta-me, então mas foste eleita porque força partidária? E eu respondi assim: Não é uma força partidária, é um movimento de cidadãos independentes. É só isso.

Ele disse-me assim: Ó, então assim vai ser muito fácil porque o executivo é do vosso movimento, vai ser fácil. E eu disse assim: Mas é fácil. Porquê? Porque não há o que criticar, não é? E, eu disse: Não é bem assim, porque fácil, fácil mesmo, é estar sempre de atalaia aos contratemplos que o executivo se expõe diariamente na sua função. E também é muito fácil para quem utiliza o direito à opinião e ao espaço público para exorcizar estados de alma, onde tudo aqui é discutido menos os assuntos que realmente interessam aos munícipes que nos elegeram. E quando digo isto, não digo só para os munícipes que elegeram o UFP, mas também PSD, PS e Chega. É por isso que nós aqui estamos, é essa a nossa função. Não é para estar aqui a discutir assuntos de quem é, quem não é, se é a campanha, se não é. Isso não interessa para o caso. Assim, por esse motivo, eu optei aqui por utilizar um reforço positivo e eu sei que isto também não é bem uma análise à atividade municipal, porque isso vai ser abordado na ordem dos trabalhos, mas vamos a factos. Temos a requalificação e ampliação do refeitório da Escola Básica da Chave, temos também o início da empreitada de reabilitação da Escola Básica Professor Fernando Martins. É ao abrigo do PRR, também, eu sei, eu sei que é sim, mas está a ser feito. Foi adjudicado, está a ser feito. Temos também a boa notícia de que a Gafanha do Carmo irá ser dotada de uma creche pública no próximo ano letivo, em colaboração com a adaptação do edifício socioeducativo e com a colaboração da Junta de Freguesia. Também parte ao abrigo do PRR. Mas é uma grande notícia porque a Gafanha do Carmo, como vocês sabem, é talvez a Gafanha com menos habitantes, obviamente, e isto vai dar outra projeção vai permitir que mais pessoas se possam instalar e terá também o foco nas famílias, no apoio às famílias e, portanto, esta estratégia a longo prazo será muito bem-vinda. Depois, o que dizer do saneamento? Também é um direito que nos assiste, mas que foi finalmente materializado. Outra notícia com que eu me deparei esta semana e que achei muito, muito interessante e que não parece assim, se calhar tão digna da comunicação social, mas é a substituição dos cabos eléctricos aéreos por subterrâneos, que fazem a ligação do Forte da Barra à Barra. E porquê? Primeiro, porque isto vai permitir a navegabilidade de embarcações de médio porte que até agora não tinham a possibilidade de passar para o lado de cá e, portanto, ou iriam para São Jacinto ou para Aveiro, ficando nós mais pobres. Vamos ter também, pois obviamente a valorização da Frente Ria, aqui no canal de Mira e com isto tudo, a promoção do território que é bastante importante, porque nós temos um dos maiores patrimónios naturais que poderíamos ter. Se isto é marasmo, eu não sei. O que eu sei é que realmente é preciso tempo para que a gente possa habitar os projetos e fazê-los crescer. Porque há 3 anos toda a gente nos dizia que não era possível, mas a verdade é que as coisas já estão a acontecer. Se são anunciadas, são anunciadas provavelmente porque foram adjudicadas. Houve empreiteiros que se conseguiram para fazer a obra. Porque a obra, o tempo das obras monumentais já lá vai porque a sustentabilidade neste momento é o caminho. É o caminho que se impõe. É a filosofia que todos nós devemos, pela qual nós devemos primar e, portanto, para isto, há necessidade de repensar o que já existe e não ceder à vaidade do megalómano, que é tantas vezes sorvedouro dos recursos e dos dinheiros públicos. Ou seja, isto para dizer o quê? Que finalmente, como dizia há pouco alguém que disse que mais vale tarde do que nunca, não é bem assim. É possível fazer. É possível passar do ideário para a materialidade dos factos e é esse o nosso foco e, portanto, vamos estar neste compromisso até ao fim. Obrigada, era este o tão pouco de tanto que eu gostava de falar hoje aqui. Obrigada.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do UPF:

«Boa noite, Sr. Presidente de Mesa, restantes membros, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Colegas deputados, os Sr.es que estão aqui presentes e todos os que em casa estão a assistir. Antes da minha intervenção, eu nas últimas semanas, tenho tido questões reveladoras muito interessantes do espectro político ilhavense. Mas como devo ser dos

poucos que estou aqui à primeira vez do exercício destas funções é porque a culpa é mesmo minha, mas curiosamente, do meu colega Pedro Martins, do PS, levantou aqui uma questão de uma queixa que foi efetuada contra uma Junta de Freguesia do PSD, uma Junta de freguesia do PSD, ou a Câmara Municipal, que era exercida pelo PSD e por uma junta de Freguesia que era gerida por um independente que estava a acompanhado pelo PS. Depois não sei que aconteceu. A questão muitas vezes eu faço a questão, quem é que terá feito esta queixa?»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Por favor, por favor, não entrem em diálogo, não é? Não entrem em diálogo, não é? Depois, se quiserem participar da discussão, inscrevem-se numa segunda intervenção, está bem? Queira continuar por favor.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do UPF:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. A minha intervenção aqui leva-me um bocadinho a fazer, não uma análise destes últimos 3 anos e meio quase, mas, digamos uma atitude que foi tomada pelo executivo Camarário relativamente aquilo que eram as suas missões para o exercício que lhe foi incumbido nestes 4 anos. Efetivamente, não vou falar de grandes obras porque as grandes obras vai ser feito, falava ainda agora a minha colega Daniela falou. Nas atividades vão ser faladas sobre elas. Mas eu prefiro falar na atitude que foi completamente distinta daquilo que foi dos anteriores executivos. Quando chega um executivo e que tem que ter situações como coberturas do edifício da Câmara Municipal que têm de ser reparadas porque chove ou o edifício da casa de cultura aqui ao lado, reparação também da sua cobertura. Como alguém dizia, não faz mais que a obrigação. O exercício da Câmara e do seu executivo é fazer essas correções. Mas a minha questão levanta-se: Mas podia já estar reparado? Podia, mas não estava, e foi este executivo que lá foi reparar. Porque estas anomalias não aconteceram na véspera de tomada de posse deste executivo. Tivemos uma piscina municipal de Ílhavo, que só quem a frequentava é que sabia como é que ela estava. Se já podia ter tido algumas obras de reparação e de melhoria? Podia. Mas não estava. Foi este executivo liderado pelo Unir Para Fazer que pôs mãos à obra. Com isto posso-vos falar das escolas primárias, das escolas do município, não só primárias, mas a EB 2/3. Não das grandes obras. Mas houve um custo na ordem, um investimento na ordem de 1 milhão de euros que foi feito em pequeno espaço de tempo, em todas estas unidades escolares. Uma pintura ali. Uma pintura acolá. Retirar telhas de amianto. Pinturas em exteriores na zona da Gafanha da Encarnação. Desenvolvimento de projeto de ampliação na praia da Barra. Reabilitação de cobertura e das fachadas de edifício de ATL na Costa Nova. Tivemos aqui o munícipe a queixar-se. Mas esta anomalia do telhado da Costa Nova da escola aconteceu agora? Não. Já existia. Podiam ter reparado? Podiam, mas não repararam. Efetivamente estou-vos a falar em situações que foram durante este mandato até alvo aqui de alguma chacota política, não foi outra chacota a não ser política. Uma reabilitação do pavilhão Ariano Nordeste. Quantos de nós já nos diziam que aquele pavilhão já deveria ter melhores condições há muitos anos. Já podia estar reparado? Podia. Podia ter melhor telhado? Podia, mas não estava, foi este executivo que o fez. É lógico que problemas de cobertura, foi transversal a quase todas as infraestruturas ilhavenses, infraestruturas que não deviam ter sido abandonadas foram. O edifício da Fábrica das Ideias. Cobertura, necessitou de reparação. Meus caros não é mudar uma telha lá em casa, onde a gente pede alguém que vá lá e custe 40, 50 euros. Não. São coisas que obrigam a um trabalho bem, bem pesado. Reabilitação da EMER. A Piscina Municipal da Gafanha da Nazaré que esperemos que rapidamente também entre dentro de um trabalho de recuperação e de reparação. Os equipamentos foram reparados. O Museu Marítimo de Ílhavo. Todas estas obras é lógico. O Aquário não estava estragado quando este executivo tomou posse mas com certeza que estas alterações que foram feitas foi tão muito melhor do que aquilo que estavam. E isto são pequenas coisas que eu poderia começar e a ler-vos e que não vale a pena. Vocês conhecem-nas todas. É só por uma questão de vergonha que não se diz. Mas eu gostava só de dizer que a atitude deste executivo relativamente a outros assuntos, como em termos rodoviários, não notamos diferença nestes 3 anos e tal? As lombas que nós nos queixamos. As lombas servem para reduzir a velocidade. Eu sei que é chato, eu também não gosto. Mas servem para reduzir a velocidade. A criação das zonas 30, a criação das zonas de coexistência onde existem pessoas a pé. Já temos isso, tínhamos nosso Concelho. Recordo-vos que quando este executivo tomou o poder deste município, nós tínhamos uma gestão, digamos assim, um planeamento do nosso urbano que estava a ser empurrado constantemente. Este executivo

não empurrou com a barriga. Este Município pô-lo imediatamente para ser aprovado. O novo PDM está-se a trabalhar para os novos PDM seguintes E sem ter desculpas. Houve necessidade de o fazer, fez-se. Não esquecemos que todo o início da estratégia local de habitação, que quando tomámos posse já existiam municípios a entregar casas. O que é que o município de Ílhavo tinha? Um estudo que tinha sido pedido a uma empresa adjudicada um mês antes das eleições com as regras com que a estratégia local de habitação iria ser realizada. E muito bem rapidamente nós aprovamos a estratégia local de habitação. Já está a ser trabalhado para ser revista, mas foi isso executivo que a pôs à frente. Queríamos só dizer que é este trabalho, são trabalhos que não se vêm, não se põem no cartaz, como lá o cartaz que começa a meter impressão a muita gente. Porque a obra se vai fazer, porque a obra se está a fazer- Mas efetivamente é um trabalho que, por muito que a gente se queixe, está feito- Podia ter sido melhor, se calhar todos nós pensamos que sim. Eu próprio penso que poderia, digamos, ser melhor, mas penso que fizeram todo esforço para que, e acredito na equipa, para que o final deste mandato tenha um sucesso daquilo que eram as expectativas. Podem não ser as vossas. Também acredito que nem que as correspondesse, os Sr.es nunca o iriam ter coragem, até porque estão na política há muito tempo e por isso já sabem que não podem fazer, mas gostaria de ter mais, mas dentro daquilo que foi feito estou satisfeito. Muito obrigado.»

Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD:

«O Pedro Martins baralhou aqui as coisas. Portanto, agradecer em nome do nosso candidato as boas palavras e as palavras, enfim, de afeto que endereçou à indigitação por parte da nossa comissão política, do nosso social-democrata Rui Dias como candidato à Câmara Municipal de Ílhavo. Também dar nota da nomeação da Sónia como candidata pelo PS. Esperemos que tenhamos uma campanha digna, uma campanha acesa e que levantemos os vários problemas que o Concelho detém e com que vamos herdar no futuro e que não são poucos E que saibamos respeitar os munícipes, que isso é que é fundamental. E que os saibamos ouvir com dignidade, com coragem e com educação, que é aquilo que nós trazemos ou queremos trazer agora para a política? Apesar de sermos conotados, como já cá estivemos muitos anos, mas há sempre altura para mudar estratégias, mudar comportamentos e certamente estamos convictos que temos um bom candidato e que vamos reunir boas equipas para enfrentar aqueles problemas que vamos encontrar pela frente e que eu passo a referir, nomeadamente um que nos preocupa de sobremaneira. Assistimos na semana passada ao anúncio do início das obras do Centro de Saúde de Ílhavo e da Escola EB 23 Professor Fernando Martins. Como sendo uma realidade, embora enganadora de que os referidos projetos já estavam em andamento quando no passado, foi prometido que estas obras seriam inauguradas nos finais de 2024. Vão agora iniciar-se? E quem não viu que veja o Centro de saúde tem uma grua, já fizeram as devidas fundações para uma ampliação e a escola, tanto quanto sabemos, está vedada. Portanto, começou agora. O calvário vai começar. Apesar do anúncio registado, devemos alertar que as mesmas obras deviam ter-se iniciado com acompanhamento de uma fiscalização que nós aqui aprovámos a abertura do referido concurso. Acontece que esta contratação só agora se consumou tanto quanto sabemos na reunião de ontem da reunião de Câmara. Ainda que se reconheça que a não existência de fiscalização das obras não seja uma irregularidade, porque de facto não é, devemos dizer ou referenciar que uma obra que se inicia sem fiscalização parece-nos que possa ocorrer com alguma anormalidade, ainda que inicialmente seja acompanhada, com nos foi dito, por fiscalização dos serviços da autarquia. Esta anormalidade que agora suscitamos tem a ver com o não acompanhamento das obras desde o início. E assim desresponsabilizará certamente a empresa de fiscalização agora contratada, de eventuais desconformidades provocadas pelos empreiteiros relativamente aos projetos de execução das referidas empreitadas. Veja-se o que se passou na obra do pavilhão Adriano Nordeste e aproveito para esclarecer o Pedro que a obra do pavilhão Adriano Nordeste já estava devidamente consensualizada, com o Illiabum para que fosse realizada imediatamente após, como sabe o Pedro e não vale a pena vir aqui enganar os munícipes sabem, os sócios também sabem que as negociações estavam tratadas, que havia fundos que já estavam sendo aprovados. As várias direções tiveram os comportamentos que tiveram. Mas nós sabemos que aquilo estava tudo em andamento e aproveito para dizer ao Pedro que também sempre os executivos anteriores fizeram reparações pequenas de manutenção nas escolas e vocês só têm que dar continuidade para isso. É para isso que nós cá estamos e para dar continuidade às obras. Voltando ao Pavilhão Nordeste, cujos trabalhos decorreram com as anormalidades a que todos assistimos, nomeadamente aqueles que vão ver os jogos de basquete que agora têm que se deslocar até Aveiro para assistir aos jogos do Illiabum. E também deveremos aqui

referir o atraso na conclusão das várias empreitadas. São várias que decorrem nas piscinas de Ílhavo que, iniciadas em Setembro, com um prazo de execução de 2 meses, rapidamente foram adiadas para Dezembro 2024 e a previsão que agora nos é dada é quando for afixado o último parafuso. Não sabemos quando é que vai ser o último parafuso. O que nós sabemos é que há muitas das crianças de Ílhavo que ficaram sem piscina durante o ano de 2024/25. Outros, felizmente recorreram à Gafanha da Nazaré e puderam então frequentar a Piscina da Nazaré. Assim, mais uma vez devemos dar nota que só agora finalmente se começam a visualizar as tão faladas e propagandeadas obras que tanta falta fazem aos municípios de Ílhavo para as poderem usufruir com qualidade e bem-estar. Esperemos que as expectativas agora criadas a população de Ílhavo, de poder deter instalações de educação ou escolares e cuidados de saúde se possam concretizar sem grandes sobressaltos e com cumprimento dos prazos inicialmente definidos. Porque nós sabemos perfeitamente que há obras neste Concelho, nomeadamente, já aqui foi referido, alguns arruamentos que agora foram abertos, que ultrapassaram os prazos previamente estabelecidos, quando poderiam ter facilmente cumprido os prazos. Aproveito para questionar o Sr. Presidente sobre a data, qual é a data previsível para a conclusão da obra de saneamento da Gafanha da Encarnação? Como todos conhecemos, esta obra não sendo totalmente da responsabilidade da autarquia, consideramos que a mesma poderá ser alvo de uma intervenção da Câmara no sentido de junto da entidade adjudicante da obra, corrigir as muitas deficiências que se vêm verificando naquela obra e certamente transformar com maior mobilidade e dar normalidade à população da Gafanha da Encarnação. Relativamente àquele problema que foi aqui suscitado pelo Pedro e que nós comungamos que é a tal dita digigrafia que anda a ser distribuída por tudo quanto é associação. Nós também nos questionamos, qual é o custo daquela peça? Quando é que aquilo foi aprovado em reunião de Câmara? A sua elaboração e a sua distribuição. Qual o procedimento concursal que foi utilizado e será que nós devemos perguntar se os vereadores da oposição estão conformes ou estão confortáveis com a sua distribuição em seu próprio nome? Porque tanto quanto percebemos, aquilo é distribuído em nome do executivo e tanto quanto eu sei, a oposição não foi ouvida nem sequer questionada sobre a sua distribuição e a sua elaboração. Gostaríamos que fossemos, enfim respondidas estas questões que, não nos preocupam, mas não nos parecem de alguma maneira, nos parecem eleitoralistas.»

André Guimarães, Grupo Municipal do PSD:

«Boa noite a todos. E eu gostava de começar por reiterar aquilo que disse na última Assembleia, na última vez que estive aqui relativamente às reuniões, portanto, a transmissão online e até por causa daquilo que aconteceu. É uma pena não termos as atas porque senão evitaria aqui voltar a reiterar isto, mas eu já fui e disse, e peço agora atendendo àquilo que aconteceu há pouco, de facto se reveja essa cláusula do Regimento que diz que, se isto não for gravado ou se não puder ser transmitido, portanto que isto pode cair. E temos que ir todos para casa. Eu na altura referi as potenciais causas e circunstâncias que nos levariam a situações desagradáveis para todos. Se calhar não foram devidamente valorizadas e, portanto, tendendo àquilo que está a acontecer agora, o que aconteceu há pouco, acho que era de se rever. Portanto, exorto a quem tem essa capacidade para o fazer e para fazer essa proposta. Eu já fiz a minha. Depois, queria também, enfim, dizer que gostei muito de ouvir a Daniela. De facto, acho que devia vir cá mais vezes aqui acima, falar e dizer assim, tudo o que disse, porque gostei muito de ouvir. Acho que foi uma boa intervenção mesmo. E gostava até de dar também aqui a minha, a minha perspetiva sobre ela porque de facto eu já ando na política há algum tempo, já são quase 15 anos que estou neste partido, no PSD, de muito me orgulho. E há 2 coisas, pelo menos que eu aprendi. Uma é que as pessoas, quando nós estamos na política, as pessoas vêm ter connosco, muitas vezes vêm dizer aquilo que nós gostamos de ouvir. Não é? E sim, claro que vai ser tudo fácil. Não, não vai ser nada fácil, porque realmente nós temos aqui outras forças políticas e temos propostas. Certamente, como digo, haverá oposição e haverá alternativas para aquilo que estamos a fazer. E depois a seguinte, a outra aprendizagem que gostava de aqui partilhar não só com a Daniela mas com todos é que viver em democracia é bom. E tudo aquilo que eu digo aqui neste microfone, respondo por isso tudo aquilo que digo fora deste microfone responde também porque finalmente vivemos numa altura em que podemos fazê-lo. E que bom que é e que bom que foi também para o Unir Para Fazer. Alguém uma vez poder ter dito o que quis para que hoje, o Unir Para Fazer existisse e que bom é ter o Unir Para Fazer aqui connosco também. Porque assim melhor também para o PSD para ganhar eleições daqui a tempo. Sim, sim, o que eu gostava de lançar aqui é uma reflexão para nós todos, porque de facto, eu acho que a nossa sociedade contemporânea e ocidental, como a conhecemos, está a ser posta à prova. É com muita apreensão que eu vejo as notícias hoje. E vejo que temos um Presidente americano

recém-eleito que desafia tudo aquilo que nós tivemos como certo e que nos trouxe paz e estabilidade duradoura à Europa. Temos uma China com uma capacidade expansionista que nunca vimos igual que está a replicar tudo aquilo que nós temos, mas supostamente melhor, mas com consequências e implicações daí decorrentes que não estamos a saber medir. E também do lado de cá da fronteira, basta olhar para aquilo que é a casa da democracia portuguesa e ver que aquilo que lá se passa não nos dignifica a todos. O clima de crispação, o desprezo pela dignidade humana que propaga naquele discurso, não é algo que eu naturalmente me identifique e, na minha opinião, tudo isto vem de uma base que é a educação. Ou neste caso a falta dela. E sinto que é da mais vital importância que possamos ter cada vez mais um investimento numa educação de qualidade, numa educação direcionada para o futuro, para a resolução dos problemas, os individuais e os coletivos e gostava então de aproveitar este tempo que ainda me resta para lembrar que no PSD tivemos esta perspetiva de que é importante investir na educação. Investimos em equipamentos escolares neste município também agora está a ser feito um investimento nos equipamentos escolares, mas lembro-me que havia críticas na altura sobre o PSD o investir no betão. Não basta investir no betão e no cimento. Era preciso também investir no acompanhamento, no imaterial, nos programas educacionais e sim, é preciso sim, investir nisso. Nós investimos na altura e é preciso continuar esse investimento também. Aquilo que eu queria aqui deixar é que, de facto, saúde, as iniciativas que estão em curso para o investimento nos equipamentos escolares, saúde, as iniciativas que estão em curso por várias entidades, seja Câmara, seja Assembleia, seja escolas, seja associações para preparar as pessoas, os jovens para aquilo que é o envolvimento e a participação cívica porque quanto melhor estiverem eles, melhor vamos estar nós, porque o futuro é de todos. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado. Posso então, terminadas as informações, a palavra ao Sr Presidente da Câmara. Faça favor.»

Presidente da Câmara

«Muito obrigado. Sr. Presidente. Bem, eu vou tecer poucas considerações porque não há aqui grandes questões nem há grandes referências ou referências relevantes também para este período antes da ordem do dia. Dar os parabéns pela intervenção do André. Aliás, algumas coisas que ele escreve até são bem melhores que estas, elevando também a qualidade do trabalho que vai demonstrando ao longo destes anos aqui, que tenho oportunidade também de partilhar como Presidente da Junta e agora Presidente da Câmara. Bem, eu sobre o Sr. Pedro Martins, deve haver aí muitas dores. Respondendo a ele e ao Sr. Flor Agostinho, se calhar os dois estiveram juntos a trabalhar, faz sentido porque um diz muito mal de muitas coisas, o outro talvez consiga ser advogado de defesa dessas coisas e, portanto, trabalhando assim os dois estão bem. É aquilo que se ouve na rua, portanto, não saindo dos nossos registos, estamos sempre bem quando pensamos que estamos a falar com um amigo e esse amigo também é amigo de outros amigos e vai comunicando a forma negativa como algumas pessoas vivem na sociedade. Mas ainda bem que o André depois teve esta interpretação e vem descongestionar um bocadinho isto. Mas dar-vos nota que, também parabenizar a Daniela com as referências que fez. O Sr Pedro Cristo, também as referências que foram feitas, o trabalho que vai fazendo de registo ao longo deste mandato, de um trabalho que a todos tem chegado por todas as vias e mais algumas, vê-se perfeitamente, e verá o documento que apresentamos a seguir, tem tido o cuidado de mostrar a transparência da nossa governação. É isso que temos feito com os projetos, com as negociações que vamos fazendo, dando nota daquilo que encontrámos, mas que é evidente que também ouvimos as queixas e o tempo que elas tinham. Portanto, não poderei concordar com algumas coisas que já ouvi aqui hoje, que também tínhamos resolvido as coisas. Eu acho que não resolvemos, porque senão as menções não tinham sido feitas nem tinham chegado da forma que tinha chegado até nós e que continuam a chegar porque também hoje iremos ver na nossa atividade, um projeto que foi aberto por nós, da kaizen, e podemos ver o número de intervenções que têm sido feitas, aquelas que têm sido chegadas e também não conheço nenhuma intervenção do passado que tenha feito isso, que, se não condicionamentos a toda uma atividade que podia ter sido diferente e mais intensa, muito mais controlada e muito mais fácil para qualquer pessoa gerir um estabelecimento destes que é uma Câmara Municipal que gera e que faz acontecer com técnicos municipais, que já ouvi aqui tudo e mais alguma coisa sobre esses técnicos municipais, que nunca me ouviram a mim fazer uma referência qualquer sobre o comportamento do Presidente A, B ou C ou D relativamente à sua estrutura de

recursos humanos. Mas, deixando essas coisas para trás e muitas vezes não respondendo porque é melhor ficar calado do que responder perante tanta coisa que se diz de mal e errada, eu acho que temos que referir que realmente estas obras do centro de saúde, estas obras da escola Fernando Martins e todas as outras obras que vão aparecer e que já estão neste momento no terreno têm um cunho muito próprio que se chama Unir Para Fazer e este executivo que está com o PSD e com o PS a liderar a Câmara Municipal, tem aprovado alguma forma inclusive aquilo que nós também queremos deixar de legado àqueles que têm vindo a trabalhar connosco, que são as associações e quisemos deixar uma referência em nome do executivo Municipal, que só tem um Presidente que se chama João Campolargo. Fizemo-lo, estamos conscientes disso, já vamos na 36ª ou 37ª digigrafia. Já passaram 6 meses, terei que retomar todos esses valores e essas coisas depois para trazer se houver interesse, trazer para aqui, senão também pedem os documentos, consultam os documentos e vêem os documentos, portanto, nada aqui na Câmara está oculto, com uma transparência tremenda sobre o nosso processo de gestão. Assim o queremos fazer na modernização administrativa que temos implementado desde o primeiro minuto. E ainda bem que o Pedro não falou sobre isso, porque se tivesse falado sobre isso, então estaríamos aqui umas horas valentes e se calhar virávamos o dia e a noite e consumíamos tempo útil, que é uma coisa que muitas vezes não se faz aqui nesta Assembleia. Mas, deixaria também questões, se o Sr. Vereador se sentir e tiver vontade para falar sobre algumas obras, pois terá da minha parte o meu consentimento. E a Sra. Vereadora também e não terei muito mais a dizer sobre este período antes da ordem do dia. Sr. Vereador, tem alguma coisa? Faz favor?»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo:

«Obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, restante mesa, colegas de executivo, caros deputados, caro público aqui presente e quem nos segue pela transmissão. Bem, Sr. Presidente, eu aproveito o facto de ter passado a palavra, agradecendo desde já, para clarificar aqui algumas coisas, porque a questão das obras, como o Sr. Presidente, referiu são, de facto, sempre deturpadas quando consideradas nesta Assembleia, e temos estado ao longo do mandato a reavivar sempre a memória. Infelizmente temos que estar sempre a falar as mesmas coisas ou o relembrar, mas também essa é a nossa função aqui, portanto, terei todo o gosto em relembrar. É porque é a função deste órgão. É mesmo escrutinar aquilo que é o nosso trabalho. Fico um bocado desapontado pelas palavras que aqui ouvi, sobretudo, pela forma como são atacados os técnicos municipais. Eu penso que não é correto quando estamos a falar que poderá ser um problema, começarmos as obras, as grandes obras, como foi falado aqui, nomeadamente os centros de saúde e as escolas, e muito em breve esperemos também a ver das três empreitadas da habitação, uma já está adjudicada, esperemos que as outras duas também sejam adjudicadas em breve, mas ficamos muito desapontados quando há um grande, uma grande preocupação e até se fala de uma anormalidade de um não acompanhamento desde o início das empreitadas e parece-me que isto é de facto é uma afronta aos técnicos municipais que têm uma longa experiência já nesta Câmara e já deram provas daquilo que é o seu trabalho. É evidente e, como eu já disse também em reunião de Câmara, o cenário idílico era que tivéssemos fiscalização desde o início, mas isso não é possível e acho que é um momento algum, nós devemos perder a oportunidade de iniciar estas empreitadas, até porque temos mesmo essa obrigação e quaisquer provocações sobre estas obras já deviam estar finalizadas em 2024 também já tivemos a oportunidade de justificar todos os processos, todas as dificuldades que foram na execução dos projetos. São projetos bastante complexos, são projetos de reabilitação a elaboração de todos os procedimentos, a conjugação a temporal de todas estas empreitadas E já demos todas as explicações, acho que temos mesmo que olhar para frente, olhar para o futuro e ficarmos todos, quando digo todos executivo, Assembleia Municipal, ficamos mesmo satisfeitos porque estamos todos a trabalhar para que o nosso município tenha melhores infraestruturas e como disse o Sr. deputado André Guimarães, os investimentos que nós temos e que devem ser prioritários nos estabelecimentos escolares e é, afirmou bem. E os investimentos foram feitos há mais de 15 anos nas escolas básicas de primeiro ciclo e que foram exemplo e que hoje ainda existem e estão a ser alvo de uma reabilitação. Evidentemente porque são edifícios que também têm muito uso e que temos essa sorte, temos um município muito procurado para o ensino. E é nisso que nós temos que nos focar porque temos técnicos municipais altamente empenhados para que haja sucesso. Com muito pouco, estamos a fazer muito. Temos tido grandes dificuldades para ter técnicos, para conseguirmos recrutar técnicos. Portanto, um agradecimento, até aproveito aos nossos técnicos municipais, que muito se têm esforçado, têm abdicado muito para que consigamos

as melhores realizações para o nosso município e é só Sr. Presidente por todo o restante da atividade municipal e, portanto, esclarecerei a mais à frente. Obrigado.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado, Sr. Presidente, só um bocadinho. Sra. Vereadora quer a palavra? Sim? Faz favor.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos:

«Muito obrigada, Sr. Presidente, à Mesa, a todos os membros desta Assembleia, ao público e a quem assiste via streaming. Eu vou responder à questão do Sérgio do membro da Assembleia, eleito pelo Chega relativamente à proposta do Provedor do Cidadão. Na verdade, não há membro deste executivo que tenha ficado mais frustrada com o chumbo que eu, porque como o Sérgio sabe, é um pelouro, as políticas participativas estão exatamente designadas e foram delegadas pelo Sr. Presidente a mim. Desta forma, e atendendo a tudo aquilo que foi mencionado a quando a discussão do Estatuto do Provedor, atendendo a que a proposta segue exatamente da Câmara Municipal, em que durante o período em vigor deste mandato, apresenta uma solução para o Provedor do Cidadão, aquilo que lhe posso dizer é que a nossa vontade de manter respostas ao nível da participação ativa da cidadania, mantêm-se, mas sim, tenho que referir que não há ninguém mais frustrado por esse chumbo que eu. É só essa a mensagem. Muito obrigada.»

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado, Sra. Vereadora. Muito obrigado, Sr. Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou abrir as inscrições para uma segunda intervenção. Chega? Sim? Temos, portanto, deputado Sérgio Louro. Do PS, alguma inscrição? Pedro Martins e Luís Leitão. Do Unir Para Fazer? José Pinto Reis e Rui Rufino. Do PSD? Margarida Alves, Luis Diamantino e Flor Agostinho. Correto? Muito bem. Vamos iniciar com o deputado Sérgio louro, por favor.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«Pela pessoa de nosso Presidente da Câmara, agradeço à nossa vereadora pela resposta e mais uma vez, reforço que é um assunto que devia ser retrabalhado e que gostaria de receber aqui há uma nova proposta para aprovação da figura do Provedor do Cidadão, que acho que é bastante importante. Fico curioso e surpreendido com as intervenções aqui do colega do deputado Pedro Martins e realmente, por um lado, as pessoas comentários têm algum sentido, mas por outro lado, os cidadãos também gostam de ser informados do que se passa e às vezes os outdoors serão a forma correta de fazer. Relativamente às obras efetivamente as obras, por exemplo, nas piscinas em que eu na minha pessoa venho testemunhar. Provavelmente a maioria de vocês nunca entrou na zona técnica nem das piscinas daqui da cidade de Ílhavo, nem das piscinas da cidade da Gafanha Nazaré, mas a zona técnica está a cair aos bocados, ou estava. Agora não sei como está, porque, entretanto, não voltei a visitar, mas posso dizer que primeira vez que entrei aqui nas piscinas de Ílhavo, fiquei escandalizado como umas piscinas eram aquecidas. Ou seja, fui encontrar um batalhão de caldeiras domésticas, de caldeiras iguais às que muitas pessoas têm em casa, de aquecimento central, fruto das negociatas, entre algumas empresas aqui da região, com os executivos que geriram esta Câmara, portanto, fiquei surpreendido com o amadorismo que vi. A pedido de muitas famílias, dirijo agora uma questão ao Sr. Presidente, é quando é que as piscinas de Ílhavo previsivelmente estarão prontas a funcionar? Eu próprio estou à espera da abertura para voltar lá e tal como aquilo colega a Pedro Cristo disse que só quem usava as piscinas é que sabia o estado em que elas estavam. Obrigado.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Já agora esclarecer o Deputado Pedro Cristo que a queixa é pública. A queixa foi apresentada pelo Partido Socialista, assim como nas eleições autárquicas de 2021, houve queixas da CDU, houve queixas do PSD, houve queixas de todos os partidos que existem, estão organizados para tal porque o Jogo tem que ser limpo, e aquilo que eu vim aqui defender é que todas as candidaturas em eleições autárquicas ou outras têm que estar em pé de igualdade, têm que ter a possibilidade de apresentar os seus projetos, em pé de igualdade e não haver esta distorção que eu referi há pouco, de alguém usar os meios

públicos, os meios do erário público para fazer campanha pessoal. É isso que eu digo. Acho que estamos todos de acordo que assim deve ser. E quanto à questão das obras feitas pela atual Câmara, eu gostava de lembrar que o Sr. Presidente da Câmara, João Campolargo, quando se cumpriram 3 anos de mandato, referiu que o seu compromisso com o eleitorado estava cumprido. Em Outubro de 2024, referiu publicamente ao um órgão de comunicação social que o seu compromisso com o eleitorado estava cumprido. Ora, vocês acham que este mandato foi profícuo? Foi rico em obra em desafios ultrapassados, em mais obra que também é precisa não só, mas também para as nossas populações? Acham que realmente houve a ambição que o município exige? Eu acho que o problema foi um problema de falta de ambição, basta ler o vosso programa eleitoral. Leiam, por favor, que eu também li o vosso programa eleitoral. O problema foi a falta de ambição da vossa candidatura. Muito obrigado.»

Luis Leitão, Grupo Municipal do PS:

«Boa noite a todos Sr. Presidente. Sr. Presidente da Câmara. Caros colegas. Para o público que assiste aqui nesta Assembleia, que nos vê também lá em casa. Venho então pegar num assunto que não esperava abordar mas, já que estamos todos nesta onda, eu declaro aqui inaugurada a época da campanha eleitoral. Portanto, palmas para todos. Para aqueles que tiveram a coragem de se assumir já como candidatos e que para aqueles que taticamente ainda e contraditoriamente ainda não se manifestaram. Já sabemos que temos um candidato que é o Pinto Reis como candidato à Assembleia Municipal, mas por enquanto não tem candidato à Câmara. É também verdade que os candidatos se perfilam. E estranhamente a imprensa local, nomeadamente o Ilhavense, no edital num texto da sua antiga diretora acha que é tudo muito estranho, e que há um atraso por parte do PS, o que acha que não é nada bom, sinal, portanto, é natural que o PSD lute e tenha alguns candidatos em linha e finalmente decidiu por um e o PS estranhamente não apresenta candidato ou nenhum nome que reúna consenso. Quem do PS aparecerá será segredo? E porque não há rumores? Afinal, eu tenho uns zunzuns que a ser verdade a corrida com os outros candidatos vai ser muito interessante. Pois, nós, aproveito este momento que já aqui inauguramos a campanha, cá estaremos para ver e para na nossa humildade, lutar também para ganhar. Porque em tudo o que é competição, a honra dos vencedores está na luta dos vencidos. E, portanto, na altura certa contaremos os votos. Fica então aqui, pois a mensagem. Por fim, nestes últimos 26 segundos queria também dizer que não sei se também as pessoas aqui presentes perceberam do que é que o Sr. vereador e o Sr. Presidente falavam quando se estava a colocar em causa os técnicos municipais, porque eu não percebi rigorosamente nada, portanto queria dizer que não usem o nome dos técnicos a dizer que os Srs. do Partido Socialista, que são os mauzões e que não sei quê. Não. Nós gostamos tanto dos técnicos da Câmara como o Sr. Presidente e agradecer-lhes que não utilizem indevidamente aquilo que nós não dizemos e que deixem estar os técnicos porque eles e os funcionários da Câmara estarão lá com municípios para ajuizar aquilo que entendem ser a sua melhor opção.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Unir Para Fazer:

«Boa noite a todos. Boa noite, Sr. Presidente e, portanto, mesa, boa noite ao executivo. Boa noite aos restantes deputados. Luis Leitão. Não acredites em tudo que ouves na rádio, porque eu também não acredito que só haja ressabiados no movimento e eu ouço coisas na rádio que não gosta assim muito de ouvir. E não acredites em tudo o que ouves na rádio e por isso aguarda serenamente que as coisas sejam comunicadas porque os eleitores têm esse merecimento. Já agora, neste tom mais ligeiro, eu pedia desculpa ao Deputado André Guimarães. Ele mostrou-se tão próximo de uma posição que defendemos no início desta legislatura, que foi o facto de no Regimento, as transmissões estarem inscritas como não deverão. A menção era poderão e aquilo que foi decidido pela maioria e por isso está aprovado e é esse o nosso Regimento foi a expressão deverão. Por isso. André, se conseguir convencer o seu grupo municipal a alterar esse ponto do Regimento, cá estamos nós para o aprovar conjuntamente, porque foi essa a nossa proposta inicial. Em relação àquilo que é a posição do PS de querer um município cinzento, sem comunicação, sem informação aos municípios, pejado de queixas às entidades competentes, sejam elas a Comissão Nacional de Eleições, sejam elas outras entidades como internas e externas ao seu próprio partido, como foi aquela demandada que fizeram contra eleitos ou candidatos do PSD, da UPF e conta próprios militantes e simpatizantes que levaram à sua expulsão, mas curiosamente, continuam a enviar letters a alguns dos apoiantes de há muitos anos que nunca foram militantes e mantêm essa ligação umbilical. Queria só ressaltar uma coisa mais positiva e que mostra aquilo que tem sido a capacidade deste executivo. Temos tido felizmente notícias muito agradáveis vindas do Porto de Aveiro, a Daniela falou da Administração do Porto de

Aveiro. A Daniela falou naquilo que vai ser a iluminação do cabo superior, pela passagem dos cabos submarinos e também aquilo que foi notícia recentemente trazida de que finalmente a avenida marginal será colocada em obra. São sinais de boa cooperação entre a Câmara Municipal de Ílhavo, o seu executivo e a Administração do Porto de Aveiro. Só assim penso que será possível e saudar também o Porto de Aveiro por finalmente olhar para aquelas que são as necessidades tão prementes dessa via de comunicação. E depois voltaremos a falar na ordem do dia. Muito obrigado.»

Rui Rufino, Grupo Municipal do UPF:

«Queria só elogiar a intervenção do André, que é uma intervenção positiva. Finalmente viu os movimentos como pares. E, portanto, cumpre-nos também ser recíprocos e esperar que a campanha eleitoral tenha esta elevação que o André aqui mostrou. Só queria referir aquela analogia do Pedro Martins em relação ao calvário das obras. Eu não sei se é bom, se é um termo forte ou não, mas eu aceito a analogia, porque no fim do calvário vem aí a Grande Páscoa.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD):

«Boa noite a todos. A minha intervenção vai se dividir em duas situações. Primeiro vou falar como Presidente do partido aqui em Ílhavo e agradecer as palavras do Pedro Martins. Era minha intenção saudar a Sónia no intervalo pessoalmente, o meu colega Flor Agostinho, já o fez também, mas faço agora aquilo aqui publicamente. Saudar a entrada da Sónia nesta luta saudável, que é colocarmos ao dispor dos outros. Da parte do PSD, tem aqui a garantia que será uma luta com elevação, com dignidade, com respeito mútuo e combate de ideias, não de andar por aí com outros jogos que não interessa a ninguém. E dizer também ao Pedro Cristo que há 1 ano, deu-me os parabéns, desejou-me boa sorte para lidar com a minha capoeira. Tinha 2 galos, afinal isto funciona. Não fiques assim com tanto receio. Portanto, como vês, Cristo, isto funciona e também agora fazer uma intervenção como Presidente de Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo. Foi aqui abordada a creche da Gafanha do Carmo. Sim, Srs, algo que há muito ambicionávamos. Demos o pontapé para saída no final do mandato anterior. Depois, isto anda um pouco adormecido, foi despertado. Será interessante com o passar do tempo perceber porque é que só agora é que vai para o terreno. É que se nós formos esmiuçar as coisas, vamos perceber porque é que só agora vai para o terreno. E depois dizer, e aqui, já em forma de questão também. Ao Sr. Presidente da Câmara. Se está prevista nesta empreitada a intervenção no telhado do edifício socioeducativo? Porque eu vi aqui o Pedro Cristo muito preocupado com os telhados dos outros edifícios que tiveram feito umas manutenções e eu acho que nesta empreitada não está previsto isto. E para o ano, eu não vir cá dizer que o meu Presidente, o meu candidato quando estiver ali sentado, que já está a resolver esse problema porque o anterior executivo não resolveu, eu já pergunto se na empreitada está prevista intervenção nesse telhado? E dizer também que independentemente do partido que eu estou, eu serei um fiscal atento àquelas obras, como fui no pavilhão, como fui no centro cívico. Porque as primeiras impressões que tenho do projeto não me agradam. E eu devo isto à associação de pais e àquelas crianças. É ser um fiscal assíduo daquilo se não me barrarem a entrada, como é óbvio. Porque o que eu conheci deixou-me muito preocupado. Muito preocupado. Por último. Algo que eu não me revejo completamente, algo que não devia de existir a política que é intervenção do Sérgio. Dizer que houve negociatas é muito feio. É acusar ou levantar suspeitas sobre coisas que as pessoas nem têm hipótese de defender. Com isso, não contem com o PSD. Combate político justo ok. Negociadas? Acho que eu tinha o Sérgio em boa consideração mas acho que o Sérgio está a ser absorvido por aquele problema que afeta todo mundo, que é do Chega, está a começar a descer a um nível que não é aceitável no combate político. Desculpa lá, Sérgio, mas vir para cá dizer negociatas, não. E muito mau.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD:

«Muito obrigada Sr. Presidente. Começo por esclarecer o deputado Pedro Martins. Eu quando falava do PSD, no voto de louvor, naturalmente, foi o PSD que apresentou voto de louvor, mas foi o executivo liderado pelo PSD que não deixou de apoiar as associações porque tinha mandado para o fazer. Da mesma forma que foi o mandato último do PSD, mais concretamente em Julho de 2021, acaba por perder as eleições, mas está lá o marco que as pessoas podem ir ver, que é o campo de 3x3 da homenagem e que toda a gente pode ver diariamente que fazemos ao Marante e à Joana Soeiro. Isto sim é mostrar às pessoas o reconhecimento do exemplo, que é que os nossos jovens dão por aí fora. Nós não vimos para aqui para fazer a política pela política. Reconhecemos valor e que leve a motivar que daqui a

10, 20, 30 anos existam mais e até melhores, porque não? Sérgio Louro. Sim podes fazer defesa da honra que eu não te vou ofender. É assim, Sérgio Louro de acordo com aquilo que já foi aqui dito, e há uma coisa que nós temos que entender. O executivo camarário é feito pela posição e oposição, e os projetos que pelos vistos a Daniela acha que são megalómanos, os PDMs, os Centro de Saúde etc, todos os vereadores assumiram suas responsabilidades para que não houvesse um ponto de ingovernabilidade durante o mandato autárquico e assumiram com responsabilidade. Falo do PSD naturalmente e do PS também. Porque nas grandes questões, aquilo que interessa às pessoas foi aquilo que foi decidido, foi em prol da das pessoas e os vereadores da posição e os da oposição devem ser respeitados.»

Flor Agostinho Grupo Municipal do PSD:

«Eu só queria dizer ao Sr. vereador João Diogo que eu não tratei mal os funcionários da Câmara, os seus técnicos. O que eu disse é que possam ocorrer alguma anormalidade. Eu apenas referi a hipótese de poder ocorrer alguma normalidade e se isso ocorrer, certamente pode haver enfim algum falhanço, algum esquecimento, algum problema de certeza que o empreiteiro poderá usufruir do direito de se desresponsabilizar. Aproveito também para dizer aquilo que já disse o Diamantino. Sérgio, negociatas isto ficou muito mal e sinceramente, a consideração reduziu um bocadinho. Porque o Sérgio está a apontar pessoas que não sabe quem são. Não se esqueça que a piscina tem quase 30 anos. Você não sabe quem é que esteve lá naquela altura e negociatas quando os equipamentos que lá estão eram certamente que seriam os equipamentos na altura mais adaptados para aquela realidade. Eram aqueles os que eram utilizados e certamente que os técnicos na altura que estiveram aqui fizeram os devidos concursos e se o Sérgio quer atacar o PSD, é bom que saiba que aquilo certamente não é da responsabilidade do PSD, nomeadamente a Piscina de Ílhavo. E dizer-se, negociatas, isto é pôr em causa toda a nossa onerabilidade. Isto é discurso que não é do Sérgio, tanto quanto percebemos até hoje. Isto é discurso que me parece da Assembleia da República, de uma personalidade que eu não me revejo nela nem nos seus discursos. Portanto, acho que seria melhor o Sérgio adotar outra terminologia. Muito obrigado.»

Sérgio Louro para defesa da honra.

«Em resposta ao deputado António Flor Agostinho e ao colega Diamantino. A questão, eu falo daquilo que sei e mais uma vez convido os Srs. a visitar lá e não aponte responsabilidades nem ao PSD nem a outras forças políticas que já aqui passaram apenas falo naquilo que tenho conhecimento e faço prova disso. Atenção, portanto, os Srs. quando me quiserem comparar com alguém e peço que se retratem porque eu quando venho aqui, por norma, não venho aqui ocupar o vosso tempo. Venho falar de coisas que tenho conhecimento e assim que me pauto. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado. E agora, sim, Sr. Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado Sr. Presidente. Espero que estejam mais calmos agora que isto está tudo muito nervoso. Já uma vez disse que se calhar falta aqui alguma medicação, portanto, continuo a notar isso. Bem eu perante aquilo que Sr. Sérgio Louro diz, e aquilo que até se constata depois, no final, de 30 anos que tem a Piscina. Espero apresentar aos munícipes uma boa obra e não ter encontrado mais patologias daquelas que aquelas que se apresentavam e, portanto, espera resolver tudo, não deixar aí respostas para já futuros Srs, que vão estar aqui sentados, isto é tudo visionários, não é? Portanto, isto está tudo garantido, isto é tudo garantido para esta gente e, portanto, ainda bem que Unir Para Fazer continua sentado ali. Neste momento, continua a governar a Junta de Freguesia, apresentando obra, também bastante obra, sabendo manter as suas instalações, mudando janelas, preparando novos edifícios e trabalhando ao contrário do Sr. Presidente da Junta. O Sr. Presidente da Junta que veste a camisola de Presidente do partido primeiro e vem ali falar e a seguir Presidente da Junta esteve reunido comigo no outro dia, perguntei-lhe: Ó Sr. Presidente da Junta, li um texto no Ilhavense, foi o Sr. que escreveu? Nada, nem uma resposta. Portanto, admito que ele se calhar não escreve. Esteve reunido comigo e com o Sr. Vereador, tem a possibilidade de telefonar sempre para nós, nunca falou sobre nada disto, agora duvida dos projetos, duvida disto tudo, fez o filme que fez com o centro Cívico, depois faz mais um filme. A Gafanha do Carmo hoje tem um centro cívico qualificado, tem um pavilhão requalificado.

Requalificou o armazém dele, requalificou uma série de edifícios com dinheiro que nós protocolamos os meios logísticos não estavam provisionados. Hoje têm um meio logístico também com o apoio da Câmara, com financiamento. Eu não percebo o que é que você veio ali falar. Sinceramente, digo, sinceramente, não sei que relação é que quer com o Presidente da Câmara. Desconfio mesmo que o Sr. quer dar lições de moral sem ter capacidade para o fazer. O Sr. realmente tem sido um beneficiário de primeira linha em tudo. O edifício da Junta, um gajo chega lá, tem os problemas que tem, sabemos o que resolvemos. Já me viu falar isso em público alguma vez? Tem que ter um bocadinho de contenção. O Sr. tem que saber que veste hoje uma camisola e amanhã veste outra. Tem que ouvir estas lições, se não lhas dão noutra sítio, eu dou-lhas aqui. Não tem problema nenhum. Agora não me ouça a mim falar do que o Sr. merecia ouvir de muitos outros. Portanto, dentro disto, eu acho que deveríamos ter aqui a relação que sempre teve esta Câmara com as juntas de freguesia que eu tive com anteriores executivos e aprendi a viver com eles. Era uma única junta e os outros eram meus colegas que estavam eleitos por outros partidos. Nunca me viram a fazer estas figuras, nunca me viram a fazer nenhum tratamento assim ao Sr. Presidente da Câmara, continuo a respeitá-lo e não percebo a atitude deste Presidente da Junta. Este Presidente da Junta tem que chegar mais longe de certeza absoluta. É o que lhe desejo, pá. Agora relativamente a algumas coisas que eu ouvi aqui, é realmente surpreendente ouvi-las da forma que as ouço, porque é preciso ter um orçamento municipal para dar resposta a todos os pedidos que chegam à Câmara e todas as necessidades. E se calhar foi isso mesmo que houve de falta nesta Câmara foi um orçamento e uma estratégia orçamental para dar face às respostas que se calhar alguns vereadores que estão aqui sentados precisavam de as ter dado e nós conseguimos dar em detrimento de outras coisas e também lhe queria recordar duas coisas, Sr. Flor Agostinho também. Há duas coisas que lhe quero dizer. São poucas as obras historicamente nesta Câmara que tiveram empresas de fiscalização e que eu me recordo só na rotunda da barra e o Sr. o quis dizer foi que as pessoas daqui não eram capacitadas para fiscalizar. Interpretámos mal, ficámos com esse mal. Já estamos habituados a perceber que o Sr. diz mal de nós em qualquer canto e esquina. Estamos completamente à vontade sobre isso. Não fazemos figuras de papéis na mão de um lado para o outro. Não fazemos nada disso. Trabalhamos as coisas no sítio certo e na hora certa. Os municípios sabem com o que contam e com o que podem contar e, portanto, gostaria que respeitasse quando o Sr. falou, eu estive completamente calado e em silêncio e ficava bem ouvir, reter, pensar e depois falar.

Relativamente aos três anos de mandato Sr. Pedro Martins, tenho a convicção de tudo o que disse ser pura realidade. Se o Sr. quiser sentar-se comigo, está convidado para sentar. Ainda tenho ali um município que também está sentado. Irei trabalhar essa matéria para me preparar para lhe dar resposta no tempo certo. Está bem? Portanto, não tenho dúvidas nenhuma do compromisso a que viemos onde falhámos e onde não falhámos. Tivemos até lá militantes de outros partidos a assistirem a esse momento em que o movimento Unir Para Fazer concretizou com as pessoas de porta aberta, e podia ter lá estado e via o que nós assumimos que falhámos e aquilo não assumimos. O que o Sr. ler da comunicação social e o que o Sr. jornalista quer escrever. E, portanto, eu admito isso perfeitamente e quando me sentir injustiçado, digo, já o fiz algumas vezes, posso lhe dizer. Na comunicação social, já o fiz algumas vezes algumas correções que tive que fazer, algumas coisas que são ditas e não estão corretas. Tudo bem. Depois o Sr. Luís Leitão nada a referir, portanto, darei sempre o valor às causas que todos defendem e aqueles que têm vontade de ir a eleições e, portanto, estarei também com essas pessoas, quer seja candidato, quer não seja candidato, quer esteja quer não, esteja irei ser sempre um eleitor. O José Pinto Reis. Acho que esteve bem e nesta questão em que o deverão ou poderão, são sempre dúvidas que ficam aqui e se calhar poderíamos rever outra vez o documento, mas também não acho oportuno neste momento, permita-me discordar disso a aquilo que eu acho que marcou realmente a sua intervenção foi aquilo que disse sobre a avenida marginal. Esse projeto tinha aqui alguma controvérsia, se era a Câmara que o ia lançar, estava a pagar um projeto, não estava a pagar um projeto. A minha alegria neste momento é ter encontrado no Porto de Aveiro um Presidente do Porto de Aveiro que com uma comunidade portuária fizeram o que já fizeram pelo município de Ílhavo. Uma relação muito franca com as empresas, as empresas que neste momento estão com muitas obras também no próprio Porto de Aveiro de crescimento das suas instalações, que abriram também a possibilidade de financiar um veículo de combate a incêndio especial, para nós garantirmos mais segurança no nosso município e também aquilo que nós percebemos é que já era uma vontade há muitos anos daquelas associações que estão ligadas ali àquela área de domínio territorial do Porto de Aveiro, um cabo de média tensão que transportava a energia elétrica do Forte da Barra, poder dar condições para que aquela estrutura que estava

pensada, hoteleira e toda a dinamização de manutenção, conservação e até melhor requalificação daquele espaço do Forte fique, sem aqueles cabos aéreos que estão lá e, portanto, o Porto Aveiro fica encarregue por uma parte, nós ficamos pela outra para abriremos isto também a um turismo náutico de referência que queremos ter. E depois também abrimos a outras possibilidades de investimento que possam surgir como todos nós sabemos. Não podemos perder isso de memória. Era pensada uma Marina para a Barra. Maior ou menor, aquela que estava neste momento, possivelmente não vai acontecer, mas se calhar fica aqui uma perspetiva gira para se continuar a pensar nisso e empreender no nosso território, Há muitas outras coisas que temos que fazer, mas esta pelo menos já fica feita e pode ser pensada por investidores para o nosso território, juntamente com o Porto de Aveiro, que é quem tem o domínio territorial daquele espaço e, portanto, é isto que nós queremos abrir as portas aos empresários, abrir as portas à negociação, à conversa e ao diálogo para que sejamos realmente uma referência também com instalações de futuro que sejam Porto de abrigo para muitas centenas de barcos que cruzam aqui a nossa Costa. Muito obrigado, Sr. Presidente.»

DEFESA DA HONRA

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD):

«Eu venho aqui só duas situações em que me senti ofendido. Primeiro o Sr. Presidente dizer que a Assembleia precisa tomar medicação, acho que não é bonito e não quero dar lição moral, como o Sr. Presidente me quis dar a mim. Eu poderia dizer o mesmo da maneira excitada, digamos, que ele se referia à minha pessoa, mas não o digo. E segundo nessa tal reunião, Sr. Presidente, o Sr. disse sobre esse artigo, o tal que tinha verdades que o incomodaram tanto no Ilhavense, para quem não viu que vá ler, que se calhar não tinha sido eu que o que tinha escrito e hoje diz que eu nem sei escrever. Pois bem, Sr. Presidente, fui eu que escrevi, fui eu que o assinei e por vontade se calhar de outras pessoas, se eu fosse pela cabeça de outras pessoas, teria dito outras verdades. Mas fiquemos só por ali, que é aquilo. Com isto tudo o Sr. Presidente não me respondeu à minha pergunta sobre a cobertura e o que é que eu ganho com isto? Ganho que eu defendi a minha freguesia. Eles hoje ouviram lá em casa, se a transmissão foi boa. O Sr. Presidente fugiu à questão.»

DEFESA DA HONRA

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu pedi a defesa da obra da Assembleia Municipal porque notei nalguns membros da Assembleia algum desconforto como uma expressão que foi usada pelo Sr. Presidente da Câmara. Se outros acharam normal, natural, pois muito bem, mas a expressão foi quando o Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra nesta sua última intervenção, eram por volta das, era por volta das 23h20. Foi uma expressão profundamente infeliz. Não foi dirigida diretamente a A, B ou C, portanto, podemos presumir que foi dirigida a todos. O deputado Diamantino já referiu qual foi a expressão. Eu Não me atrevo a referir a expressão, mas como isto é gravado, pois tenho a oportunidade às 23h20, mais coisa menos coisa ouvirem a expressão infeliz que o Sr. Presidente da Câmara proferiu. É indigno, um Presidente da Câmara proferir uma expressão dessa natureza numa Assembleia Municipal e é profundamente ofensivo a todos os presentes, pelo menos àqueles que sentem que há palavras e expressões que não devem ser ditas. Muito obrigado.»

DEFESA DA HONRA

Flor Agostinho Grupo Municipal do PSD:

«É que Sr. Presidente, em vez de responder às perguntas que nós lhe fazemos diretamente e concisas, faz observações de carácter que enfim ofendem os vários elementos dos deputados desta Assembleia, como no caso eu fiz perguntas diretas, fui honesto nas perguntas, fui correto nas perguntas e o Sr. Presidente responde com estas palavras que aqui foram referidas e inclusivamente com, enfim, eu chamaria má educação quando “Pá para cima Pá para baixo”. Isto não é de um Presidente de uma Câmara, pelo menos nós merecemos na democracia que exigimos que tenhamos nesta Assembleia o mínimo de respeito para com as perguntas que fazemos, porque nós fazemos perguntas e a questão da fiscalização existir ou não no passado, certamente que no passado existiu a fiscalização que foi necessária. Porque certamente os funcionários, tínhamos cá funcionários certamente que tinham capacidade de fazer a mesma fiscalização. O Sr. Presidente deturpa tudo, utiliza a argumentação que bem entende e sinceramente não responde àquilo que nós colocamos, como já não responde aos munícipes tanto quanto sabemos.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito bem enquanto Presidente desta Assembleia Municipal. E a Mesa. Eu gostaria de reforçar a importância da moderação na postura e na linguagem durante os debates. O respeito e o civismo fortalecem a nossa democracia e garantem um ambiente construtivo para o bem comum. E a Mesa e eu contamos com a vossa colaboração. Vamos agora fazer um intervalo de 10 minutos. Até já.»

Os trabalhos foram interrompidos, para intervalo.

Período da Ordem do Dia

Ponto 1. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 1 de novembro a 31 de dezembro de 2024".

Ponto 2. "Demonstração do Desempenho Orçamental e da 1.ª Revisão (alteração modificativa) para integração do Saldo de gerência de 2024.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Minhas Sras. e meus Srs. Vamos reiniciar os trabalhos. Muito bem. Completado que está o período antes da ordem do dia vamos avançar para o período da ordem do dia.

A Mesa recebeu uma solicitação do Sr. Presidente da Câmara para realizar aqui uma troca, portanto, atendendo à urgência, da aprovação do ponto 2 da demonstração de desempenho orçamental e da primeira revisão, proponho que façamos essa troca, portanto, iniciamos no ponto 2 e depois voltaremos ao ponto 1. Não sei se alguém tem alguma questão ou posição contra. Avançamos? Muito bem. Vamos então iniciar o período da ordem do dia no ponto 2, demonstração do desempenho orçamental e da primeira revisão, alteração modificativa para a integração do saldo de gerência de 2024. E começo por dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Primeiro queria agradecer ao Sr. Presidente a tomada desta posição, que é importante para o continuar daquilo que é a abertura de procedimentos de autorização de despesa e posterior requisição e que veem neste momento com este trabalho que vamos fazer Hoje aqui, que já passou também pela reunião de Câmara, a possibilidade de nós avançarmos com algumas contratualizações que estão pendentes esta alteração, uma vez que naquilo que foi o orçamento aprovado, 70.2 milhões de euros, tínhamos aqui matéria em valores indefinidos que agora passam a ter uma definição.

O valor que se apresenta aqui do saldo de gerência, que tem que ser neste momento olhado de uma forma bem diferente do que aquilo que tem sido feito nos anteriores, até porque o quadro de fundos comunitários que nos é apresentado neste momento e que já vinha de alguns anos a ser negociado, mas que se apresenta neste momento, onde temos aqui uma inserção nos nossos orçamentos, de hoje e futuros, valores daquilo que é o Portugal 2030 e aquilo que é o PRR, demonstram que o Município de Ílhavo conseguiu captar valores idênticos àquilo que tinha sido a negociação anterior no quadro 2020. O que nós geríamos e já o disse aqui desejaríamos que tivesse sido mais além, porque na negociação com os outros 10 municípios da região de Aveiro poderia ter sido vantajoso para nós e tínhamos obra para isso, nós arrancámos com uma perspectiva de obra em 2021/22 para a negociação com a CIRA de 89 milhões de euros, que depois algumas tiveram o objetivo concretizado no PRR e outras no Portugal 2030, mas continuamos a acreditar que o Fundo Ambiental, que as Acessibilidades 360 e muitos outros fundos poderão dar concretização a essas obras, paralelamente, com o financiamento que se poderá chamar híbrido daquilo que é o orçamento direto da Câmara e investimento de capital e aquilo que é o investimento dos fundos e, portanto, no ciclo que estamos presentes, portanto, nós temos um PRR que antecipa a verba das obras após a contratualização dos valores.

E com essa contratualização dos valores são chegados à Câmara Municipal de Ílhavo no decorrer do último semestre de 2024, 6.8 milhões de euros, que são canalizados diretamente para escolas e centros de saúde. E o restante valor que vem daquilo que é a boa gestão que o município possa ter praticado, como se viu, também nos anos anteriores e aqui pode-se prolongar para além do nosso mandato, porque todos os outros existiram também saldos de

gerência com menor ou maior valor, mas o registo que temos é que desde 2013 começaram as câmaras a mostrar sempre saldos de gerência de valores elevados e em 2017 agudizou-se mais isso relativamente a toda a panóplia dos 309 municípios, percebendo também que a transmissão desses valores para o orçamento de Estado iria dar notas ao governo daquilo que era a necessidade de taxar ou de criar mais impostos para financiar ou não esse endividamento que vinha das autarquias locais. Portanto, a exemplo disso, a Câmara de Ílhavo mostra o melhor receituário, por assim dizer, da criação do seu orçamento e apresenta aqui um englobamento de 11.56 milhões de euros que vêm então, 6.8 daquilo que é um valor que está arrecadado de fundos comunitários e 4.7 do restante valor. Tudo isto irá dar no final um orçamento que passa a ter um valor de 81.7 milhões de euros e, portanto, temos aqui esta questão de um dos orçamentos mais elevados, diria eu, o dobro quase daquilo que nós perspetivaríamos no nosso mandato. Registando como é do conhecimento de todos, já orçamentos na ordem dos 34, 40 milhões, 51 milhões de euros, respetivamente, 22, 23 e 24. Com isto tudo, a Câmara Municipal, também a 31 de Dezembro, registava quase 6 milhões de compromissos assumidos e só tinha 4.8 para os pagar, portanto, que transitaram para este ano, mas como os orçamentos e isto é um documento meramente contabilístico, acontece que nós andamos com as receitas 6 meses à frente e com os pagamentos na hora, e isso depois na atividade vocês vão ver como é que é o registo dos nossos pagamentos. Portanto, para quem nos ouve aqui, lá em casa, o que temos aqui é um valor que tínhamos apresentado para este orçamento de 2025, não definido no nosso orçamento de 8.55 milhões de euros que neste momento ficam satisfeitos também por este saldo de gerência, onde tínhamos no PPI 3 milhões 440 e tínhamos 5 milhões no PAN e, portanto, precisamos neste momento deste englobamento e que vem da lei dos compromissos de 2012 e pagamentos em atraso de 8/02/2012 que vem dar então esta nova dinâmica a todas as autarquias locais e que agora precisa também da vossa aprovação. Muito obrigado a todos.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou abrir as inscrições para uma primeira intervenção para a apreciação deste ponto, portanto, a ordem é Partido Socialista, Unir, PSD e Chega. Portanto eu pergunto. Desculpem Unir, PSD, Chega e PS. Portanto do Unir? Há uma inscrição de Unir? Pedro Cristo. Do PSD? Flor Agostinho. Chega? Prescinde. E do PS? Luís Leitão. Vamos então começar com a participação do deputado Pedro Cristo, por favor.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer':

«Mais uma vez boa noite a todos. O que nos traz então aqui, esta primeira revisão orçamental do qual inclui o famigerado saldo de gerência. Este saldo de gerência, que acredito que em próximas intervenções já venha ser uma demonstração de incompetência, de inoperância e com outras coisas começadas por *is*, gostaria que o mesmo tivesse uma explicação, se calhar não tão técnica como o Sr. Presidente da Câmara acabou, digamos, de o referir, mas assim uma linguagem em que as pessoas possam compreender. Efetivamente este saldo de gerência de 11.700 é um saldo de gerência maior que houve até agora mas o mesmo não pode estar devidamente desenquadrado daquilo que é a própria realidade.

Nós, relativamente aos contratos que fomos assinando e que os Srs. aqui têm falado como nós também, mas que para bem dos nossos munícipes e dos nossos edifícios escolares e centros de saúde, todos estes contratos que têm sido assinados pelo executivo representam o adiantamento de 25%. É curioso que, e se me permite, a correção, na página 49 do nosso relatório de atividade, efetivamente está lá os valores que têm sido adiantados sobre os apoios comunitários, 1.062.594,30 para a requalificação da Escola Básica Professor Fernando Martins. Na minha perspetiva devia estar este valor aqui neste ponto para nos dar mais esclarecimento. O que é que quer dizer que nos cofres da Câmara estão 6.800 000 euro só por assinar o acordo e as obras estão, como nós sabemos, em pleno início. Por isto, este saldo de gerência, que apresenta um valor de 6.8 milhões de borla de certa forma caídos, digamos do céu que serão, digamos, aplicados nas próprias obras que aqui temos a seguir. Se assim fizermos as contas, estamos a falar fora estas questões pontuais, de um saldo de gerência de 4.9 milhões que se aproxima mais ou menos nos 4.2 milhões que tínhamos antes de qualquer PRR ou qualquer apoio desta dimensão. O que é que o Sr. Presidente aqui quis falar da importância de aprovarmos esta revisão? Eu não deixo de insistir neste ponto, porque acredito que as pessoas consideram, os deputados do PS, PSD e do Chega valorizam um bocado esta situação, mas é o seguinte; Se nós temos lá uma obra em casa e ainda tenho agora um para fazer e o homem já me deu um orçamento de 10.000 €. Eu, quando mandar o homem fazer a obra, eu tenho que comprovar que tenho os 10.000 € para lhe pagar. É assim

que funciona o nosso executivo, conforme as leis das finanças locais. E por isso, é importante esta alteração para poder de certa forma formalizar outras obras, adjudicar, digamos outras obras, mas mesmo estes 4.9 milhões que aqui estão, muito deste valor há-de estar afeto a despesas correntes, mas muito deste valor também já se encontra afeto a obras que estão já adjudicadas ou em fase de adjudicação, do qual eu pedia ao Sr. Presidente se por acaso destes 4.9 tinha alguns valores, digamos em referência, que nos pudesse indicar. É só. Muito obrigado.»

Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD:

«Pois relativamente a este ponto tanto o Sr. Presidente como o Pedro enfim, já explicaram algum do seu conteúdo e com a honestidade intelectual que nos deve merecer, deveremos reconhecer que este saldo de 11,5 milhões de euros se traduz naquilo que já foi dito anteriormente nos 6,5 milhões de euros de que fomos contemplados a título de adiantamento dos PRR e outros fundos, pelo Governo atual da AD, o governo esse que entendeu fazer adiantamentos de obras no sentido de impulsionar estas obras e dar-lhe uma maior dinâmica para que se possa concretizar o nosso PRR até aos finais de 2026. E estes 6,8 milhões de euros caíram do céu, já como nós sabemos no final do ano passado e por isso é que nós já cá viemos a uma reunião para que se fizesse a tal integração deste montante. Para além deste montante, há, então como nós sabemos, o restante que são cerca de 4,7 milhões de euros que resultam, e aí, o Pedro tem que ouvir, da incapacidade, da inoperância, enfim de algum atraso nas obras que deveriam ser realizadas e não estão a ser realizadas e que nós enfim fomos vendo aí pelas placas e pelos anúncios que iriam ser efetuadas e como estamos a ver, vão terminar certamente muito em cima dos finais de 2026, como já é expectável e já o vamos sentindo. Portanto, isto demonstra, no fim, que muitas das obras e projetos não estão a ser executados. Muitas obras e projetos estão atrasados e parados alguns deles e vejam-se algumas obras pequenas, nomeadamente os pequenos arruamentos estão a ser desenvolvidos, param andam, param andam e vamos a este ritmo que é o ritmo normal. Portanto, nós não vamos colocar qualquer tipo de entrave a esta engenharia financeira ou esta inclusão de saldo nas contas para o próximo ano. Não vamos inviabilizar isto que a Câmara pretende e como tal, vamos nos abster e permitir assim, mais uma vez que a Câmara disponha dos meios para executar as obras que tanto ambiciona e que tanto quer fazer, ainda que de uma forma, enfim, um bocado atribulada e que por porventura poderá ter um final muito mais tardio do que aquilo que era expectável e que tanto o Governo também pretenderia que fosse mais rápido.»

Luis Leitão, Grupo Municipal do PS:

«Só um ponto de ordem à mesa, por favor. Eu sou da oposição nesta Assembleia, não é? É que às vezes eu estou distraído e fico baralhado. Então na qualidade de representante do Partido Socialista, um dos partidos que está na oposição nesta Assembleia. Não estamos no poder, tivemos pena, mas o povo assim quis. Nessa qualidade, acho que o Pedro Cristo tentou dourar a pílula para justificar aquilo que é difícil de justificar. Digamos que para as pessoas que estão no Público numa gestão mais caseira, qualquer um de nós pode fazer na nossa vida particular, poderá fazer algum sentido iniciarmos as obras. Quando pretendemos fazer um arrumo em casa, mudar o telhado porque o teto começa com problemas e para não acontecer como na Câmara, que é preciso mudar o executivo para depois repararem o telhado, nós podemos fazer de 2 maneiras. Uma é, primeiro pegar nalgumas telhas e tapar as infiltrações e depois, mais tarde, de uma forma estruturada, mudar o telhado, podemos fazer de 2 formas, primeiro pôr o dinheiro no banco quando temos o dinheiro, vamos contratar a obra, ou então sabemos que conseguimos poupar, por exemplo, 1.000 € todos os meses e que a nossa obra vai custar 9000 €, se eu vou adjudicar a obra em Maio e ela vai começar em Agosto. Eu tenho capacidade sem ter o dinheiro de lado de, na hora em que vou receber o construtor, posso-lhe pagar 30% de sinal e depois ainda lhe posso com o decorrer da obra, recolher a quantidade de caixa necessário para pagar o resto da obra e então, se eu for inteligente e capaz de executar ao mesmo tempo as necessidades que tenho em minha casa, como ainda tinha 5.000 € no meu banco, de umas poupanças que eu tinha para uma necessidade, aproveito também e mudo a caixilharia da casa. Melhoro a eficiência térmica, acabo com as infiltrações e a qualidade de vida da minha família melhora substancialmente. Se aplicarmos isto na gestão empresarial ou na gestão da Câmara, podemos pensar da mesma maneira. Ou então pensar de uma forma mais redutora, mais amedrontada, mais calculista, mas nada dinâmica, nada positiva. E por isso há os que fazem e aqueles que

esperam para fazer. O vosso o movimento podia ser o EPF, Esperamos Para Fazer em vez de ser o UPF. Portanto, nessa lógica compreendo que o Espera Para Fazer tem que continuar a manter esta gestão completamente desajustada da realidade no nosso concelho de milhões em caixa. Mas o Partido Socialista como tem validado, mesmo sendo da oposição, tenta fazer uma oposição positiva valida normalmente com a sua abstenção, este trabalho da atuação do executivo municipal e, por isso, deixamos que continue a gerir para se comprometer sozinho e que os os munícipes mais tarde terão oportunidade de julgar a forma de gerir esta Câmara.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu como não tenho aqui a defesa da honra, nem sei se estamos aqui a falar de alguma coisa que tenha a ver com a administração pública, porque baralharmos a gestão do privado pela gestão pública não me parece muito correto. Poderíamos ter essa leitura Luís Leitão, mas permita-me, não é possível na administração pública ter essa leitura, mas certamente que a sua vontade é também gerir os destinos desta Assembleia e, portanto, terá essa oportunidade de se aprofundar sobre os conhecimentos dos normativos que regulam a administração pública e, se calhar já vai falar doutra maneira a seguir. A Câmara pode ter a capacidade. Agora, sabe que há uma entidade que se chama o Tribunal de Contas, percebe que se vier fiscalizar qualquer obra destas e o dinheiro não tiver garantido do outro lado, não vale de nada, portanto você não o pode usar. Explorámos essa situação toda, não se preocupe que nessa base não chega lá. E se calhar eu dar-lhe-ei daqui a um bocado algumas dicas também para o EPF, que disse, dou-lhe outras dicas e poderá ficar entre nós as dicas do que é que quis dizer. Entenda-se por favor, talvez, o que é que não se entende, mas eu queria deixar aqui também 3 ou 4 notas primeiro. Mais uma vez também não percebi o tom com que o Sr. Agostinho falou para nós. E se calhar há bocadinho quando falei na medicação, não é aquilo que vocês sentiram que eu queria dizer e ficaram muito ofendidos, mas é verdadeiramente vocês trazerem para aqui coisas válidas, informação válida e não sejam ilusionistas da realidade porque não é confortável mostrarem a impaciência pelo lugar que ocupam. Ou seja, eu não tenho culpa nenhuma das derrotas que aconteceram da posição em que se colocaram. Não tenho culpa nenhuma disso, portanto, vocês é que têm que saber como é que têm que reagir. Portanto, eu utilizar aqui este termo, não é para vocês virem defender a honra, nem nada que se pareça. Acho que é muito ingrato da vossa parte numa governação que estamos a fazer algumas afirmações que se dizem aqui. Não vou adiantar muito mais que é para não me esticar, porque eu acho que é desconfortável demais algumas coisas que se dizem aqui da forma como se dizem. Mas relativamente a isto, Sr. Presidente da Assembleia, aquilo que eu tenho a dizer é que os valores são mesmo estes, 6.755 645 € são valores de antecipação para os centros de saúde e para as escolas e o nosso saldo de gerência reflete aqui mais 4.807 milhões de euros que têm a ver com aquilo que transitou das contas que já estavam em compromisso para o ano de 2025 e foi o que eu disse, em compromissos, nós temos 5.977 874. Mas estes compromissos quando se assumem, têm receitas futuras previstas. Nós podemos antecipá-las e se calhar em alguma vez as câmaras o fazem, podem ter uma previsão de IMI e antecipar a receita do IMI um mês para ter fundos disponíveis. Eu não cometo e espero não cometer erros a esse nível de receitas que possam ser previstas para o ano 2026 e antecipá-las para 2025. Aquelas que são de 2025 podemos jogar aqui com elas dentro daquilo que é o procedimento legal de contabilidade e fazemo-lo e também queria só dizer-vos o seguinte, se nós olharmos um bocadinho para trás, nós estamos a falar em orçamentos que nada têm a ver com o passado e quando comparamos 11 milhões de euros, podemos depois fazer aqui a parte percentual. Estamos a falar em 9,5% daquilo que foi o valor que nós tivemos de despesa e portanto, o que eu acho é que é perfeitamente confortável para a Câmara Municipal continuar a ter uma realização acima dos 85% e uma receita que neste ano superiorizou isso, mas nós, naquilo que é a avaliação das contas em Abril próximo, faremos também notas sobre isso e depois nós temos vindo a saltar de ano para ano em orçamentos de valor mais elevado. Ou seja, nós começámos o nosso mandato com uma herança de 4.4 milhões de euros, recorde saldo de gerência em 2021, eram 4. E, portanto, tivemos ali uma receita total de 33 milhões de euros para uma despesa de 28 milhões. Em 2022, tivemos uma receita total com o saldo de gerência de 34 milhões quase 35 e tivemos 28,2 milhões de despesa. Em 2023 tiramos 40 milhões de receita total, 40,8, e tivemos 33,042 milhões de euros de despesa,

Em 2024, que havemos ainda de validar isso tudo, mas que já está aqui, pelo menos o saldo de gerência, estamos aqui a falar numa receita total de 55.5 face a uma despesa de 40%, porque se tirarmos aos 51 os 11 milhões facilmente olhamos para isto. E neste momento estamos a balancear-nos para 82 milhões, portanto 82 milhões, se olharmos para a questão percentual, para um problema que eu acho que é contraditório da parte do Sr. Flor Agostinho falar nisto aqui. Durante 2 anos falou-se que como é que vamos fazer as obras? A dificuldade, nós sabemos como é que o mercado está. Os problemas que vão ter, a execução, prometem, mas não sabemos como é que isto vai acontecer. Portanto, andámos aqui a dizer ao povo, estes gajos não vão conseguir ou estes gajos. Desculpem O, Sr. Presidente da Câmara e as pessoas que o acompanham não vão conseguir porque as empresas não vão responder a tudo. Agora que estamos a começar a executar dentro dos prazos e das condições que temos, com um governo preocupado em se não conseguir que o PRR financie tendo um empréstimo do BEI que possa ser suportado pelo Governo para garantir todas as execuções do PRR uma atitude pensada e repensada já anteriormente por outros governos, mas muito bem pegaram e andaram. Portanto, eu não percebo o que é que queremos dar de indicação à nossa Comunidade, aos nossos municípios quando falamos aqui sobre isso, porque quer dizer, nós tivemos mais que uma empresa a concorrer a maior parte das obras. Fechámos esta questão, tratámos ainda há bocadinho, vemos de uma empresa de fiscalização que também concorreu num concurso Público e apareceu e temos o problema resolvido. Estamos a tratar com os técnicos municipais, que têm alguns anos, senão muito de trabalho aqui na Câmara e que confiamos perfeitamente deles neste acompanhamento também das obras, como sempre os meus colegas anteriores acreditaram, reconhecendo que já houve realmente um trabalho numa empresa de fiscalização. Atuámos assim porque sabemos a competência que temos que ter na execução dessas obras. Reforçámos porque sabemos que também vamos oferecer aos nossos municípios e na atividade isso vai aparecer, mais obra do que aquela que até tínhamos previsto para a nossa execução e para o arranque destes anos. Porquê? Por força do trabalho, por capacidade empreendedora que tivemos para fazer e construir projeto para arrancar com essas obras. E temos depois aqui como Pedro Cristo, disse, também uma necessidade que os capitais da Câmara venham a financiar obra. Só uma, vou-lhe dar um exemplo. O Centro de Saúde tem quase 50/50 garantido da nossa parte e é o centro de saúde de Ílhavo tem da Câmara Municipal necessidade de encontrar 1.7 milhões para financiar e temos ainda outra questão. Ainda não temos nenhum auto de medição, nenhuma avaliação de como é que as obras vão correr. O que eu sei pela entidade que vai coordenar o PRR, pelo Pedro Dominginhos, é que, para já, não há mais dinheiro e as obras podem necessitar de mais dinheiro e não há mais dinheiro porque há um excedente de procura dos fundos comunitários. Portanto, aquilo que tem acontecido em alguns quadros comunitários, em que há excedente de dinheiro e depois há uma divisão, e vocês podem ver isso porque o ano passado foi um exemplo bom. A Câmara arrecadou 8.4 milhões de euros de fundos comunitários, se calhar no último mandato não conseguiu fazer isso, mas arrecadou de fundos que procurou 8.4 milhões, sem fazermos contas, o que é que é o orçamento dos últimos 4 anos de gestão do meu colega, os anteriores 4 anos. E o que é que vai ser o futuro desta Câmara, que queremos garanti-lo para qualquer um que o esteja aqui a governar. Se o tiver que ser o Unir Para Fazer o fará da mesma forma e isso eu desejo e que temos aqui uma lição importante que é, temos 82 milhões, mas já temos naquilo que é o lançamento dos orçamentos plurianuais, uma visão que para o ano vamos ter aproximadamente 60 milhões de orçamento. Em 2027, 45 milhões, uma coisa que a mim não me deram nessa perspetiva. E só estamos a falar num quadro comunitário que estaria a finalizar e que eu precisava que ele tivesse captado mais dinheiro e, portanto, é uma linguagem técnica. Mas temos que olhar para esta questão com uma forma também muito simples. Se a Câmara tiver necessidade de endividamento, está capacitada para o fazer, e bem capacitada, agora não precisa pagar juros de capitais porque esses juros vão se refletir num custo que o município vai ter que pagar. Quem o vai pagar é um município. Nós o que transmitimos aos municípios durante estes 4 anos de governação foi garantimos que o IMI foi à taxa de 0,3. Continuaram a pagar as mesmas taxas municipais e garantimos ainda uma coisa que é os empregadores e os empresários da nossa região tiveram neste ciclo só de 3 anos, mais de 190 milhões de euros onde puderam conquistar negócios. Porquê? Porque todos os nossos questões salariais também são pessoas que fazem negócios todos os dias no comércio tradicional e garantimos mais empregabilidade. Trouxemos mais pessoas para a nossa estrutura e melhores condições. Agravou-se também a questão salarial, porque aumentámos também através da lei o pagamento do salário mínimo, portanto, tudo isso foi suportado, conseguimos suportar isto tudo. Andámos com isto para a frente. E, portanto, é no sentido que eu utilizei há bocado, se calhar com algum exagero que as pessoas se sentiram, aquilo que eu acho é que não vale

a pena andarmos aqui com metodologias ilusionistas para quem está lá fora, porque as pessoas percebem bem que as nossas 14 e 15 horas de trabalho da equipa que está aqui, a presença dos seus vereadores na reunião de Câmara tem sido muito reuniões, reuniões bastante assertivas sobre as matérias e não precisamos de dizer que estamos a deixar governar e por isto e por aquilo, quando os Sr.es Vereadores sentem que têm que tomar uma posição diferente, fazem-nos ver as questões e bem e muito bem, e nós vamos aprendendo porque também neste ciclo autárquico que aconteceu é que nós não tínhamos aqui pessoas dotadas de experiência com a capacidade de serem um supprassumos. Não, nós viemos com humildade, aprendemos com os que cá estavam, trouxemos os nossos ensinamentos e conseguimos chegar agora a este patamar de governação. E eu pergunto, alguma vez existiu, não? Alguma vez existiu a gestão de mais de 600 pessoas nesta organização? Não. Alguma vez existiu uma condição igual para esta Assembleia Municipal também não, e, portanto, estamos neste sentido a trabalhar com vocês todos para podermos dar à nossa Comunidade a melhor condição e a condição é dada pelo orçamento e por esta revisão orçamental. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos abrir as inscrições para uma segunda intervenção. Único Para Fazer? Temos o José Pinto Reis. Do PSD? Margarida Alves. Do Chega? Prescinde. E do PS? Luís Leitão. Então vamos começar pelo deputado José Pinto Reis, por favor.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Unir Para Fazer:

«Uma vez mais boa noite. A noite vai alta. E gostaria que o Sr. Presidente me esclarecesse, tanto quanto julgo saber, pelo menos naquilo que são as verbas destinadas à habitação, a assinatura dos contratos que concedem os 25% de adiantamento são feitos com um termo de responsabilidade do Presidente da Câmara, que lhe confere responsabilidade acrescida em termos políticos, em termos pessoais, que terão implicações mesmo penso que em termos criminais. E por isso, não me parece correta a alegoria da caixilharia de alumínio, que até me dá muito jeito, nas minhas funções, mas é importante saber que estas verbas que só foram disponibilizadas aos promotores dos investimentos pelo Governo, por este Governo, que lá está, isto só aconteceu porque era necessário evidenciar uma execução financeira do PRR que levasse aqui a União Europeia continuasse a passar o cheque porque senão este dinheiro não tinha sido entregue, e por isso estamos aqui perante uma dualidade que é o dinheiro que nos foi entregue pelo Governo central tinha que ser, para os libertar de uma responsabilidade e que, no fundo, veio aumentar a nossa responsabilidade e a responsabilidade do executivo e, principalmente, o Sr. Presidente da Câmara, por isso não havia solução. Acho que não havia solução. Este 6,7 ou 6,8 milhões de euros tinham que estar mesmo reservados para as obras a que se destinam. É isso que a legislação diz, o dinheiro, apesar de não ter escrito qual é o seu destino nestes casos, tem obrigações legais muito importantes e por isso é com satisfação que contribuimos com o nosso voto positivo para a aprovação daquele que já é o maior orçamento dos últimos anos e que vai materializar os anseios da nossa população. Muito obrigado.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD:

«Muito obrigada, Sr. Presidente. Permitam-me que o facto de dizer que as obras só são executadas mediante a libertação deste saldo de gerência demonstra se calhar, pouca ambição. Porque é assim com o saldo de gerência que apresentámos com a garantia dos fundos do PRR, mediante contrato assinado com o Ministro Castro Almeida. Vocês têm dúvidas que cada município ia à praça, da banca e não era financiada para o início da obra se fosse necessário, mas há dúvidas disto? Eu não tenho dúvidas da mesma forma que quando as obras são adjudicadas às empresas, as empresas têm que apresentar garantias bancárias à Câmara Municipal. Há capacidade. Se não tiverem capacidade, não executam a obra, nem sequer são admissíveis a concurso. Portanto, se um ministro assina um acordo com o município de Ílhavo, essa assinatura vale os milhões da bazuca. E não há nenhum banco se o Sr. Presidente da Câmara precisar de dinheiro amanhã, que lhe diga que não. Não acredito, peço desculpa. Não acredito porque existe uma assinatura entre o município e o Governo central de fundos que vêm de Bruxelas da chamada bazuca, que perdeu ali um bocadinho de força e espero que agora ganhe novamente porque todos podemos ganhar com isto. Naturalmente que esta é uma das razões porque o Partido Social Democrata se abstém na votação, porque nós, sim, nós fomos à banca quando foi preciso endividarmos para

fazemos obra. Fomos à banca, pagamos juros, com certeza. Aliás, nós negociámos juros com a banca melhores do que aqueles que do PAEL como sabem. Nós tínhamos uma taxa de juro, conseguimos reduzi-la porque fomos ao mercado ou aos bancos. E fomos aos bancos, os bancos dão, porque há credibilidade, porque há confiança, naturalmente de quem gere os desígnios dos municípios. Ou há dúvidas disto? Eu acho que não há. Era só para reforçar que a nossa abstenção não é só porque nos apetece, abster. Há outras soluções para chegar aos meios. É uma opção política do Sr. Presidente de Câmara, aceito perfeitamente. Naturalmente, com todo o respeito, mas haveria outras alternativas. E está a deixar aqui um ónus do seu lado, que daqui a 10 anos, os executivos que estiverem na governança do município, vão ter uma perspetiva de folga orçamental com valores. Foi isto que eu entendi, poderia falar depois? Falou nessa perspetiva futura dos saldos de gerência que podem acontecer. OK, eu peço desculpa.

Nós não estamos contra, abstermo-nos porque sabemos que existem outro tipo de soluções que já as utilizámos. Não foi grave. Aliás, o endividamento bancário tem vindo a ser reduzido de há muitos anos para cá e a grande redução da dívida que nós tínhamos foi quando recorremos à banca e nós nunca devemos pensar. E Sr. Presidente se necessitar de ir à banca, lhe garanto que o Partido Social Democrata não será o partido que lhe vai dizer que não porque pode haver derrapagem. Pode haver atraso nos fundos que eu espero que não, que o cheque chegue a devido tempo, para não sufocar, porque senão não era só município de Ílhavo, seriam todos os municípios portugueses. Podemos falar que que é de uma gestão de casa, podemos falar que é de uma gestão privada. Há instrumentos de financiamento e de garantias que os próprios municípios exigem para as empresas com quem contrata para a execução de obra, são as chamadas garantias bancárias e adiantamentos que muitas vezes são feitos e naturalmente que as coisas não deixam de ser feitas porque eu sei que o município de Ílhavo está bem de saúde, recomenda-se, como sempre. Muito obrigado.»

Luis Leitão, Grupo Municipal do PS:

«Muito, muito rapidamente até porque eu acho que não há muito mais a dizer sobre este assunto. Isto é uma questão conceptual que já aqui discutimos há muito tempo. Nós tivemos dois PSD, estivemos o PSD do Engenheiro Ribau, tivemos o PSD do Engenheiro Caçoilo, um mais aventureiro e outro mais conservador. Os resultados estiveram à vista, cada um no seu estilo, um endividou a Câmara profundamente fez muita obra discutível, o outro foi tão cauteloso que deixou 4 milhões para quem não sabe, também agora gastar. E, portanto, isso no fundo é o acompanhamento, é uma perspetiva de visão e as interpretações são perfeitamente aceitáveis. É uma questão de cada um ser coerente e nisso este executivo tem sido coerente com o caminho e com a sua identidade e, portanto, apesar de interpretarmos de outra forma, há o respeito pela coerência e daí também o nosso sentido de voto. Não inviabilizar as coisas. Não podemos é branquear também todas estas situações. Este chavão, este é o orçamento mais elevado de sempre. Nós sabemos porque é que ele é o mais elevado de sempre. Ele é mais elevado de sempre porque é um conjunto de obras que foram colocadas aqui pela tal capacidade de termos que fazer coisas de escolas, centros de saúde, etc e que ajudam a ter esta dimensão. Mas sabemos porquê, sabemos que isto é uma tendência, mas não quer dizer que seja uma moda em todos os municípios, porque há discursos diferentes em vários sítios. Esta tendência de enquadrar e de acumular é uma tendência natural, mas é uma tendência natural em função da gestão de muitas outras câmaras e natural nalguns só nalguns municípios. Mas, por ser natural, não é necessariamente uma boa notícia. Esta Câmara tem recordes sucessivos de dinheiro parado, dinheiro parado que pode ser interpretado como engavetado. Fica ali parado. O dinheiro é para se reproduzir. É uma questão de conceito. Já discutimos isto no passado. Dinheiro parado não se reproduz, dinheiro investido gera qualidade de vida, gera desenvolvimento e é por isso que muitas vezes temos essas divergências. Há quem morra cheio de depósitos no banco, mas nunca vi ninguém levar o dinheiro para o para a cova e, portanto, a qualidade de vida de quem investiu, de quem proporcionou uma melhoria da qualidade de vida aos seus, se calhar foi bem melhor do que deixar um saco de notas parado no banco. Há recursos que deveriam estar a servir os munícipes e não estão a responder às suas necessidades e a responder aos desafios do Concelho ou antecipar aquilo que prevemos fazer mais tarde que poderia ser feito hoje. Tempo é dinheiro. Os argumentos do executivo não justificam tudo. Sabemos que uma parte deste saldo se relaciona com financiamentos das empreitadas do PRR, no entanto, não explica toda a situação que está longe de justificar e de ser a razão principal deste montante. Aliás, nem mesmo para operações de tesouraria se justifica a dimensão desta reserva financeira, portanto cada um conta a história que quer. As histórias são legítimas e neste caso é coerente, mas não interpretamos e não queremos que tenha o

mesmo final. Um saldo de gerência desta dimensão significa muito dinheiro parado, muita coisa por fazer menos qualidade de vida do município. Muito dinheiro parado demonstra a incapacidade também do executivo de colocar os recursos da comunidade ao serviço de todos e não do banco imobilizado. Enfim, diria que mesmo com a expectativa eleitoral que se vive, é difícil conseguir inverter esta tendência, de conseguir utilizar este recurso até ao fim. Esta gestão traz prejuízos na qualidade de vida e provavelmente não será como antigamente, razão de sucesso eleitoral. Os ilhavenses esperam, merecem que sejam cumpridos os pressupostos que levaram à vitória deste executivo. Não me parece que estejam a ser respeitados os compromissos. Já não é a primeira vez que digo que prometeram uma coisa e fizeram outra. Precisamos de uma Câmara mais eficiente, mais comprometida com o desenvolvimento do Concelho.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Dá ideia que por vezes não estamos a ler completamente toda a atividade que a Câmara tem apresentado nos últimos 3 anos, e já vamos aqui a começar portanto, algum esquecimento ou alguma impreparação quando falamos desta forma, Sr. Luís Leitão e, portanto, diria de incapacidade, o Sr. vai apontar nunca em mim e, portanto, todos os argumentos que o Sr. usa, por mais que os repita 3 ou 4 anos, já se viu, o que é que isso tem dado e portanto fica consigo, não lhe vou responder muito mais. Queria só deixar aqui mais 3 ou 4 notas que eu acho que são importantes também. Bem neste trabalho e nos projetos que temos vindo a concretizar a maior parte destes projetos que foram realizados não os encontramos cá e se calhar anteriormente também não vejo, porque é que a Câmara não se endividou para fazer um trabalho que pudesse dado ter dado outro pulmão à realização dos últimos 4 anos ou dos últimos 8 anos? E porque é que andou ao contrário? Ainda resolveu um problema do PAEL, que foi a renegociação da dívida e depois ainda pediu ali pontualmente um empréstimo porque não tinha dinheiro para pagar uma questão jurídica, mas ainda tem 11 milhões de questões jurídicas e ainda teve que pagar ali mais 600 mil euros, também numa questão salarial que estava mal feita. Portanto, quando tentamos tapar aquilo que foi feito, por vezes ficamos com os pés à vista e eu espero que os munícipes se lembrem disso tudo daqui para a frente, porque nós vamos fazer questão que essas coisas sejam recordadas por eles e nós vamos recordar e espero que as pessoas que foram os trabalhadores e o obreiros de algumas questões dessas estejam cá presentes a falar sobre isso, portanto, não me esquecerei e já o disse várias vezes, o volume, ainda que temos que responder sobre processos jurídicos que não sei se vai ser requerido endividamento ou não, mas que a Câmara só terá resposta pelo endividamento. Porquê? Porque o Pedro peço desculpa, Pedro Cristo ficou aqui as obras do saneamento, que são mais de 3 ou 4 milhões de euros, que são desfasados temporalmente, mas vamos ter que pagar para as águas pluviais. Apesar de no Portugal 2020 conseguirmos ali 200 mil euros para ver se conseguimos ir ali buscar qualquer coisa às águas pluviais. Se não for preciso, podemos canalizar depois pela outra obra e podemos movimentar porque aprendemos a trabalhar mais ou menos, porque acho que a nossa deficiência é muito grande, pelos apontamentos que vamos ouvindo, mas quem lá está em casa vai percebendo estas coisas, devagarinho, o que se vai dizendo. E, portanto, também volto a dizer uma coisa e espero não ferir suscetibilidades, eu acho que o que houve aqui foi uma incapacidade de gestão nos últimos 4 a 8 anos e que espero que não volte a acontecer para esta Câmara, porque eu não a vou garantir dessa forma. Eu não a vou garantir dessa forma, de apresentar projeto para obra e preparar a obra para arrancar, porque foi isso mesmo que aconteceu e se quiser, fazemos aqui e estou a falar com a Margarida porque tem sido crítica destas coisas aqui e saberá as suas razões também. E acho que nós também contestamos os nossos quando os nossos estão no poder. Aquilo que lhe vou dizer é que houve mesmo essa incapacidade e isso foi demonstrado até ali e isso mostrou que agora, se calhar o tempo de realização que nós precisamos, tem que ser maior do que aquele que nós queríamos, independentemente daquilo que trouxemos, estar bem capaz de ser realizado, porque eu acho que cometeu também ali um erro. As obras vão ser concluídas dentro dos prazos. Só se os empreiteiros não cumprirem, mas isso eu já aqui ouvi tanta coisa sobre os empreiteiros. Eu não ando atrás de nenhum empreiteiro, não faço um telefonema ao empreiteiro a dizer, Olhe, então como é que é a obra? É pá, desculpe lá, a obra está dentro do prazo. Eu dei-lhe 6 meses, vou executá-la em 6 meses. Seja uma estrada

que até podia ser feita em 2, 3 dias, mas ele para ir à obra deu aquele prazo porque quer ir a outras e os empreiteiros neste momento estão cheios de obras em carteiras com prazos mais extensos, porque não há resposta nem na mão de obra e muitas vezes até no aluguer de equipamentos que são utilizados para fazer essas obras, porque esses sistemas de rating que sabe que são financiados pela banca também estão neste momento, a ser agarrados pelas mesmas estruturas comerciais por falta de pagamento e, portanto, temos a noção perfeita de como é que está o mercado. Estou muito feliz com a minha equipa e também com a validação do executivo Municipal por termos arrancado para estas obras, temos na próxima edição da Assembleia Municipal aqui um volume considerável de coisas para falar com vocês e que estão na nossa atividade municipal e possivelmente esta semana vai dar para voltar a reler o documento e também vocês mudarem de opinião em algumas coisas e transmitirem realmente aos nossos munícipes aquilo que é um documento com qualidade, que temos vindo a melhorar e que vos queremos apresentar com uma execução também fantástica, muito acima daquilo que era esperado por nós quando pensámos em 2024 e quando pensamos em 2025, mas creio que atingimos sempre a regra do equilíbrio orçamental e que temos tido sempre uma opinião favorável também dos nossos revisores oficiais de contas, com também um acréscimo do trabalho naquilo que é o património municipal e o registo desse mesmo património. Mas depois o Sr. Vereador também falará sobre isso e que é importante e com estratégias também de operacionalizar cada vez mais a Câmara e prepará-la para as dinâmicas do futuro. Mantendo também uma coisa que já fui acusado muitas vezes da manutenção programada e preventiva, eu acho que a Câmara vai ficar preparada para diluir muito mais as despesas correntes e baixar essas mesmas despesas correntes ao longo dos próximos anos, com empresas qualificadas que estão no nosso território ou não porque o mercado está aberto, mas que podem participar e, portanto, afastar algumas das coisas que eu hoje ouvi aqui de um deputado municipal, que não quer ouvir de mim, mas que muitas das vezes acontecem realmente, por o mercado de proximidade ser importante até no caso da falha e da responsabilização da má execução de um trabalho. É mais fácil termos resposta de quando estamos longe e está a saber o resultado que temos tido numa obra ou noutra, em que muitas das vezes os empreiteiros tardam em ter soluções da resposta a anomalias que eles próprios criaram. É tudo, Sr. Presidente e muito obrigado, mais uma vez, por ter satisfeito o nosso pedido e a intenção também de amanhã não, mas segunda-feira, a Câmara fazer a sua modificação orçamental e avançar com muitos projetos de contratação que estão pendentes desta mesma revisão. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Concluídas as intervenções, vamos então colocar à votação o ponto 2, demonstração do desempenho orçamental e da primeira revisão, alteração modificativa para integração do saldo de gerência de 2024. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Muito bem.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo:

«Sr. Presidente, desculpe lá. Os presidentes de Junta absteram-se? Os três? Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito bem, a demonstração do desempenho orçamental e da primeira revisão, alteração modificativa para integração do saldo de gerência de 2024 foi aprovado por maioria, com zero votos contra, 15 abstenções do PS e do PSD. E 9 votos a favor, votos do Chega e do Unir Para Fazer. Falta uma pessoa, estamos 24. É a meia-noite e 40, proponho encerrarmos aqui os trabalhos. Voltamos então dia 28, próxima sexta-feira.

Coloco à discussão. Flor Agostinho, Luís Leitão, Sérgio Louro e a disponibilidade também do Sr. Presidente da Câmara pode ser dia 27? Porque dia 28 é sexta-feira de Carnaval. Antes do Carnaval.»

INTERPELAÇÃO À MESA

André Guimarães, Grupo Municipal do PSD:

«Eu quero expressar aqui que não concordo com a alteração da data. Para mim é a 28. Tenho compromissos assumidos e estava na convocatória que seria para 28. Portanto esta é a minha opinião.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Então encontramos aqui dia 28 para quem cá estiver. Boa noite, boa noite a todos e bom fim de semana.

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Vamos então a Ata em Minuta.»

1.º Secretário da Mesa, Domingos Vilarinho:

[Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata]

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Filomena Ferreira, técnica municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Técnica Redatora

(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

(Filomena Ferreira)